**Instrumento Particular de Escritura da 2ª (SEGUNDA) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, DA espécie QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, em SÉRIE única, para Distribuição Pública, da ITAREMA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

celebrada entre

**ITAREMA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

*como Emissora*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS**

**E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

*como Agente Fiduciário*

**EÓLICA ITAREMA I S.A.**

**EÓLICA ITAREMA II S.A.**

**EÓLICA ITAREMA III S.A.**

**EÓLICA ITAREMA IV S.A.**

**EÓLICA ITAREMA V S.A.**

**EÓLICA ITAREMA VI S.A.**

**EÓLICA ITAREMA VII S.A.**

**EÓLICA ITAREMA VIII S.A.**

**e**

**EÓLICA ITAREMA IX S.A.**

*Como SPEs e Fiadoras*

**e**

**IPANEMA GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

**RIO ENERGY FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

*Como Intervenientes-Anuentes*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Datado de

[--] de [--] de 2016

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ÍNDICE**

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO 4

CLÁUSULA II REQUISITOS 4

CLÁUSULA III OBJETO SOCIAL DA EMISSORA E CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO 8

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES 25

CLÁUSULA V RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL OU PARCIAL, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA 37

CLÁUSULA VI 41

VENCIMENTO ANTECIPADO 41

CLÁUSULA VII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA, DAS SPES E DOS INTERVENIENTES ANUENTES 51

CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO 65

CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS 75

CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA, DAS SPES E DA IPANEMA PARTICIPAÇÕES 77

CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS 82

**Instrumento Particular de Escritura da 2ª (SEGUNDA) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, DA espécie QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, em SÉRIE única, para Distribuição Pública, da ITAREMA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

Pelo presente instrumento,

**Itarema Geração de Energia S.A.**, sociedade anônima, em processo de obtenção de registro de emissor de valores mobiliários junto à CVM, categoria B, com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Av. Dom Luís, nº 1200, Torre Business, sala 1519, Aldeota, CEP 60.160-196, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o n.º 13.234.214/0001-74, e com NIRE de nº 23300035844, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“Emissora”);

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13 – Grupo 205, Barra da Tijuca, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s), na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas (conforme abaixo definido) (“Agente Fiduciário”);

**Eólica Itarema I S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 470, sala 401 (parte), CEP 22410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o n.°19.560.032/0001-70, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados (“Eólica I”);

**Eólica Itarema II S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, n.º 470, sala 401 (parte), CEP 22410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 19.560.074/0001-00, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados (“Eólica II”);

**Eólica Itarema III S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 470, sala 401 (parte), CEP 22410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 19.560.839/0001-02, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados (“Eólica III”);

**Eólica Itarema IV S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 470, sala 401 (parte), CEP 22410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 20.553.751/0001-42, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados (“Eólica IV”);

**Eólica Itarema V S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 470, sala 401 (parte), CEP 22410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 19.560.868/0001-74, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados (“Eólica V”);

**Eólica Itarema VI S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 470, sala 401 (parte), CEP 22410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 20.533.879/0001-44, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados (“Eólica VI”);

**Eólica Itarema VII S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 470, sala 401 (parte), CEP 22410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 20.533.473/0001-61, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados (“Eólica VII”);

**Eólica Itarema VIII S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 470, sala 401 (parte), CEP 22410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 20.533.310/0001-89, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados (“Eólica VIII”);

**Eólica Itarema IX S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 470, sala 401 (parte), CEP 22410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 20.533.377/0001-13, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados (“Eólica IX” e, em conjunto com Eólica I, Eólica II, Eólica III, Eólica IV, Eólica V, Eólica VI, Eólica VII e Eólica VIII, “SPEs” ou “Fiadoras”);

**Ipanema Geração de Energia e Participações S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 470, 4º andar, CEP 22410-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.108.521/0001-22, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados (“Ipanema Participações”); e

**Rio Energy Fundo de Investimento em Participações**, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.142.169/0001-89, constituído em 24 de outubro de 2012, neste ato representado nos termos do Regulamento do Rio Energy Fundo de Investimento em Participações, datado de 12 de agosto de 2013, conforme registrado no 1° Ofício de Registro de Títulos e Documentos, sob o n° 3486747, por seu administrador Santander Securities Services Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e 2235 – Bloco A (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.318.407/0001-19, devidamente autorizada perante a Comissão de Valores Mobiliários a exercer atividade de administração de carteira de valores mobiliários (“FIP Rio Energy” e, em conjunto com a Ipanema Participações, “Intervenientes Anuentes”);

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”;

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da Itarema Geração de Energia S.A.” (“Escritura de Emissão”), mediante as cláusulas e condições a seguir.

# CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

* 1. **Autorização da Emissão**
     1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em [--] de [--] de 2016 (“AGE da Emissão”), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão e da Oferta (conforme abaixo definido), bem como seus termos e condições, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); e (b) a autorização à Diretoria da Emissora a adotar todos e quaisquer atos e a assinar todos e quaisquer documentos necessários à implementação e formalização das deliberações da AGE da Emissão, especialmente para realização da Oferta e da Emissão, incluindo a celebração desta Escritura de Emissão e seus aditamentos, bem como ratificação de todos e quaisquer atos até então adotados e todos e quaisquer documentos até então assinados pela Diretoria da Emissora para a implementação da Oferta, da Emissão e da constituição das garantias necessárias.
  2. **Autorização da Constituição e Compartilhamento das Garantias pela Emissora, pelas SPEs, pela Ipanema Participações e pelo FIP Rio Energy**
     1. As Fianças (conforme abaixo definido) e as Garantias Reais (conforme abaixo definido), em regime de compartilhamento, conforme previsto na Cláusula 3.7 abaixo, foram aprovadas conforme deliberações tomadas: (i) pela Emissora, na AGE da Emissão; e (ii) pelo FIP Rio Energy, em Assembleia Geral de Quotistas realizada em 15 de setembro de 2015 (“AGQ do FIP Rio Energy”). Adicionalmente, a constituição das Fianças e das Garantias Reais é autorizada nos termos do Estatuto Social das SPEs e da Ipanema Participações, independentemente de aprovação dos órgãos societários.

# CLÁUSULA II REQUISITOS

A 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em série única (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), para distribuição pública, da Emissora, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), e desta Escritura de Emissão (“Oferta”), será realizada com observância aos requisitos abaixo.

1. **Registro da Oferta na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**

2.1.1. A Oferta será registrada na CVM, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei 6.385”), da Instrução CVM 400, bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.1.2. A Oferta também será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (“ANBIMA”), no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Encerramento (conforme abaixo definido), nos termos do artigo 19 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, em vigor a partir de 3 de fevereiro de 2014, tendo em vista que o pedido de registro da Oferta foi protocolado na CVM antes de 1º de agosto de 2016, conforme Circular de Supervisão da ANBIMA nº 2016/000004 (“Código ANBIMA”).

1. **Registro da Emissora como emissor de valores mobiliários na CVM**

2.2.1 A Emissora será registrada como emissor de valores mobiliários Categoria “B” junto à CVM, nos termos da Lei nº 6.385, da Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

1. **Arquivamento e Publicação**
   * 1. Nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações, a ata da AGE da Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará (“JUCEC”) e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará e no jornal “O Estado” (“Jornais de Publicação”).

* + 1. A ata da AGQ do FIP Rio Energy foi registrada junto ao 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 3548297.

1. **Inscrição da Escritura de Emissão e averbamento de seus eventuais aditamentos na JUCEC**

2.4.1. Esta Escritura de Emissão será inscrita e seus eventuais aditamentos serão averbados na JUCEC, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis (conforme abaixo definido) contados da respectiva data de assinatura, limitado, no caso da Escritura de Emissão e em relação ao seu primeiro registro, a até 2 (dois) Dias Úteis antes da data de cumprimento dos vícios sanáveis da Oferta junto à CVM. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos arquivadas na JUCEC ou, conforme aplicável, cópia com a devida assinatura digital da JUCEC que comprove o efetivo registro desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, em até 5 (cinco) dias após o respectivo arquivamento.

1. **Registro das Garantias**

2.5.1. Nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, em virtude das Fianças das SPEs (conforme abaixo definido) avençadas na Cláusula 3.6.1 abaixo, a Emissora deverá, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data de assinatura da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento, obter o registro da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento, conforme o caso, perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, devendo enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventual aditamento em até 5 (cinco) Dias Úteis após os respectivos registros (limitado, no caso da Escritura de Emissão e em relação ao seu primeiro registro, a até 2 (dois) Dias Úteis antes da data de cumprimento dos vícios sanáveis da Oferta junto à CVM).

2.5.2. Os Contratos de Garantia (conforme abaixo definido) e o Contrato de Compartilhamento de Garantias (conforme abaixo definido), assim como quaisquer aditamentos subsequentes a estes contratos, serão celebrados e levados a registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos ou de Registro de Imóveis, conforme indicado nos respectivos instrumentos, sendo certo que: (a) no caso do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos da Itarema Geração e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs, os mesmos serão registrados no prazo de até 30 (trinta) dias contados de sua celebração, devendo ser fornecida ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do respectivo instrumento devidamente registrado em cada um dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes; (b)  no caso dos demais Contratos de Garantia, os mesmos serão registrados no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da sua celebração, e seus aditamentos deverão ser registrados em até 20 (vinte) dias contados da respectiva celebração, devendo ser fornecida ao Agente Fiduciário, dentro de até 5 (cinco) dias contados do registro (limitado, no caso dos Contratos de Garantia e em relação aos seus primeiros registros, a até 2 (dois) Dias Úteis antes da data de cumprimento dos vícios sanáveis da Oferta junto à CVM), 1 (uma) via original do respectivo instrumento devidamente registrado em cada um dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos ou Cartórios de Registro de Imóveis competentes, conforme o caso; e (c) no caso do Contrato de Compartilhamento de Garantias, incluindo respectivos aditamentos, o mesmo será registrado no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da celebração, devendo ser fornecida ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do respectivo instrumento devidamente registrado em cada um dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes.

2.5.3. Os penhores constituídos por meio do Contrato de Penhor de Ações da Emissora (conforme abaixo definido), do Contrato de Penhor de Ações das SPEs e do Contrato de Penhor de Ações da Ipanema Participações serão averbados nos Livros de Registro de Ações Nominativas da Emissora, das SPEs ou da Ipanema Participações ou nos livros e sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora, das SPEs ou da Ipanema Participações, caso as ações de tais sociedades venham a se tornar escriturais, devendo ser anotados no extrato da conta de depósito fornecido às respectivas acionistas, nos termos do artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações, em até 5 (cinco) dias contados da data de assinatura dos respectivos contratos, observado o disposto na Cláusula 3.5.3 abaixo.

2.5.3.1. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário cópia autenticada dos Livros de Registro de Ações Nominativas da Emissora, das SPEs e da Ipanema Participações e/ou declaração expedida pela instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora, das SPEs e da Ipanema Participações, caso as ações de tais sociedades venham a se tornar escriturais, evidenciando a referida averbação, em até 5 (cinco) dias após as respectivas averbações, limitado a até 2 (dois) Dias Úteis antes da data de cumprimento dos vícios sanáveis da Oferta junto à CVM.

2.5.4. As Fianças Bancárias (conforme abaixo definido), assim como quaisquer aditamentos subsequentes aos documentos que as formalizam, serão celebradas e levadas a registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos do domicílio das instituições financeiras emissoras da Fiança Bancária e do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, no prazo de até 20 (vinte) dias contado da data de emissão das Fianças Bancárias. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original das Fianças Bancárias em até 5 (cinco) Dias Úteis após os respectivos registros, limitado a até 2 (dois) Dias Úteis antes da data de cumprimento dos vícios sanáveis da Oferta junto à CVM.

1. **Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**

2.6.1. As Debêntures serão depositadas para:

1. distribuição no mercado primário por meio: (i) do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”);
2. negociação no mercado secundário por meio (i) do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente na CETIP; e/ou (ii) do PUMA Trading System Plataforma Unificada de Multi Ativos da BM&FBOVESPA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da BM&FBOVESPA; e
3. custódia eletrônica na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, conforme o caso.

1. **Enquadramento do Projeto**

2.7.1. A Emissão será realizada na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“Lei 12.431”) e do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, tendo em vista o enquadramento do Projeto (conforme abaixo definido) como projeto prioritário pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”), por meio das seguintes Portarias do MME: (i) 224, de 15 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União (“DOU”) em 18 de maio de 2015; (ii) 279, de 23 de junho de 2015, publicada no DOU em 25 de junho de 2015; (iii) 280, de 23 de junho de 2015, publicada no DOU em 25 de junho de 2015; (iv) 281, de 23 de junho de 2015, publicada no DOU em 25 de junho de 2015; (v) 286, de 23 de junho de 2015, publicada no DOU em 25 de junho de 2015; (vi) 636, de 27 de novembro de 2014, publicada no DOU em 28 de novembro de 2014; (vii) 637, de 27 de novembro de 2014, publicada no DOU em 28 de novembro de 2014; (viii) 638, de 27 de novembro de 2014, publicada no DOU em 28 de novembro de 2014; e (ix) 641, de 27 de novembro de 2014, publicada no DOU em 28 de novembro de 2014 (em conjunto, “Portarias”).

# CLÁUSULA III OBJETO SOCIAL DA EMISSORA E CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

1. **Objeto Social da Emissora**
2. A Emissora tem por objeto social: (i) realizar estudos para a implantação de energia eólica, compreendendo os respectivos contratos de arrendamento com os proprietários de terra; (ii) geração por conta própria ou de terceiros e comercialização de energia eólica; (iii) pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais; (iv) realização em terrenos próprios ou de terceiros e em qualquer parte do território nacional de exploração e assessoria eólica, inclusive para experiência e/ou implantação; (v) prestação de serviços de qualquer natureza, especialmente planejamento, assessoria, armazenagem, transportes e comercialização em geral; (vi) realização por conta própria ou de terceiros de operações comerciais nos mercados internos de produtos inerentes às atividades de produção e comercialização de energia eólica; (vii) representações em geral, atuando como mandatária ou comissária; (viii) todas as atividades correlatas, consequentes ou subsidiárias da geração, comercialização e serviços nacionais, e que sejam compatíveis com a natureza da Emissora; (ix) assessoria gerencial em empresas coligadas ou controladas; (x) administração de bens próprios ou de terceiros; (xi) participações em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista; (xii) compra e locação de terras para desenvolver estudos técnicos com a indicação e a finalidade de realização de todo tipo de gestões perante as secretarias do meio ambiente, prefeituras ou qualquer órgão municipal, estadual e federal, para a obtenção de permissões e alvarás necessários para implantação dos projetos de geração de energia eólica; e (xii) atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente.
3. **Número da Emissão**
4. A presente Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.
5. **Valor Total da Emissão**

3.3.1. O valor total da Emissão é de R$ 127.000.000,00 (cento e vinte e sete milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) (“Valor Total da Emissão”), sendo que tal montante não poderá ser aumentado em função do exercício da opção de emissão de debêntures adicionais e/ou de debêntures suplementares, nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 e do artigo 24, respectivamente, da Instrução CVM 400.

1. **Número de Séries**

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

1. **Garantias Reais**

3.5.1. Os instrumentos contratuais abaixo descritos serão celebrados e registrados nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos ou de Registro de Imóveis, conforme indicado nos respectivos instrumentos, até 2 (dois) Dias Úteis antes da data de cumprimento dos vícios sanáveis da Oferta junto à CVM, para assegurar, na forma compartilhada descrita na Cláusula 3.7 abaixo, o fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão, devido nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Atualização Monetária (conforme abaixo definido), dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido) e dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), bem como de todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais e extrajudiciais incorridas pelo Agente Fiduciário ou Debenturistas na constituição, formalização, excussão, execução das garantias previstas na presente Escritura de Emissão e/ou para salvaguarda dos direitos dos Debenturistas (“Obrigações Garantidas” e “Garantias Reais”, respectivamente):

1. cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade das SPEs sobre todos os direitos presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes dos “Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado”, inclusive eventuais aditamentos destes, celebrados pelas SPEs no âmbito dos Leilões de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração (A-3) nº 009/2013 e 003/2014, promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“ANEEL” e “CCEARs” respectivamente), e sobre a totalidade dos demais direitos creditórios e receitas provenientes da venda de energia elétrica produzida pelas SPEs, no âmbito do Projeto, nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, cessão fiduciária esta que abrangerá, ainda, os recursos depositados em contas controladas abertas junto ao Banco Administrador (conforme abaixo definido) em nome das SPEs e não movimentáveis por estas, conforme termos previstos em contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios das SPEs, administração de contas e outras avenças, a ser celebrado entre as SPEs, o Agente Fiduciário, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (“BNDES”) e o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco administrador (“Banco Administrador”) e, ainda, com a interveniência anuência da Emissora (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs”);
2. penhor da totalidade das ações (presentes e futuras) de emissão da Emissora de titularidade da Ipanema Participações e os respectivos frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores que de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela Emissora, bem como (a) quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), (b) todas as ações que porventura sejam atribuídas à Ipanema Participações, ou aos seus eventuais sucessores legais ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos, exercício de direito de preferência decorrente das ações oneradas, bonificações, conversão de debêntures de emissão da Emissora, (c) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura venham a substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, tudo nos termos previstos em contrato de penhor de ações de emissão da Emissora a ser celebrado entre a Ipanema Participações, o Agente Fiduciário, o BNDES e, ainda, com a interveniência anuência da Emissora (“Contrato de Penhor de Ações da Emissora”);
3. penhor da totalidade das ações (presentes e futuras) de emissão das SPEs de titularidade da Emissora e os respectivos frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores que de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pelas SPEs, bem como (a) quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), (b) todas as ações que porventura sejam atribuídas à Emissora, ou aos seus eventuais sucessores legais ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos, exercício de direito de preferência decorrente das ações oneradas, bonificações, conversão de debêntures de emissão da Emissora, (c) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura venham a substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo as SPEs, tudo nos termos previstos em contrato de penhor de ações de emissão das SPEs a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, o BNDES e, ainda, com a interveniência anuência das SPEs (“Contrato de Penhor de Ações das SPEs”);
4. penhor da totalidade das ações (presentes e futuras) de emissão da Ipanema Participações de titularidade do FIP Rio Energy e os respectivos frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores que de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela Ipanema Participações, bem como (a) quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), (b) todas as ações que porventura sejam atribuídas ao FIP Rio Energy, ou aos seus eventuais sucessores legais ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos, exercício de direito de preferência decorrente das ações oneradas, bonificações, conversão de debêntures de emissão da Ipanema Participações, (c) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura venham a substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Ipanema Participações, tudo nos termos previstos em contrato de penhor de ações de emissão da Ipanema Participações a ser celebrado entre o FIP Rio Energy, o Agente Fiduciário, o BNDES e, ainda, com a interveniência anuência da Ipanema Participações e da Emissora (“Contrato de Penhor de Ações da Ipanema Participações”);
5. penhor, pelas SPEs, de máquinas e equipamentos e de direitos emergentes das autorizações expedidas pelo MME, quais sejam: (a) Portaria nº 201, de 13 de maio de 2014; (b) Portaria nº 199, de 13 de maio de 2014; (c) Portaria nº 200, de 13 de maio de 2014; (d) Portaria nº 675, de 19 de dezembro de 2014; (e) Portaria nº 198, de 13 de maio de 2014; (f) Portaria nº 678, de 23 de dezembro de 2014; (g) Portaria nº 17, de 05 de fevereiro de 2014; (h) Portaria nº 05, de 14 de janeiro de 2015; e (i) Portaria nº 625, de 24 de novembro de 2014 (“Autorizações”), e de contratos do Projeto, nos termos previstos em contrato de penhor conjunto de máquinas e equipamentos, de direitos emergentes e outras avenças a ser celebrado entre as SPEs, o Agente Fiduciário e o BNDES e, ainda, com a interveniência anuência da Emissora (“Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos”);
6. cessão fiduciária, pela Emissora, dos direitos creditórios de sua titularidade depositados em Contas Controladas (conforme abaixo definido), conforme termos previstos em contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, o BNDES e o Banco Administrador e, ainda, com a interveniência anuência das SPEs (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Emissora” e, quando em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs, o Contrato de Penhor de Ações da Emissora, o Contrato de Penhor de Ações das SPEs, o Contrato de Penhor de Ações da Ipanema Participações e o Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos, os “Contratos de Garantia”).

3.5.2. A Emissora obriga-se a, até 2 (dois) Dias Úteis antes da data de cumprimento dos vícios sanáveis da Oferta junto à CVM, comprovar ao Agente Fiduciário a ciência dos devedores dos CCEARs, da ANEEL/MME, da Acciona Windpower Brasil – Comércio, Exportação e Importação de Equipamentos para Geração de Energia Eólica Ltda. (“Acciona”) e dos demais devedores dos direitos empenhados e/ou cedidos fiduciariamente, caso aplicável, a respeito das garantias mencionadas na Cláusula 3.5.1, (i), (v) e (vi) acima, mediante notificação a ser efetuada nos termos dos respectivos contratos.

3.5.3. A Emissora obriga-se, ainda, a providenciar a averbação do ônus das ações da Emissora, das SPEs e da Ipanema Participações, conforme descrito na Cláusula 3.5.1 (ii), (iii) e (iv) acima, nos Livros de Registro de Ações Nominativas da Emissora, das SPEs e da Ipanema Participações ou nos livros e sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora, das SPEs e da Ipanema Participações, caso as ações de tais sociedades venham a se tornar escriturais, devendo ser anotados no extrato da conta de depósito fornecido às respectivas acionistas, nos termos do artigo 39, e de seu §1º, da Lei das Sociedades por Ações, em até 5 (cinco) dias contados da data de assinatura do Contrato de Penhor de Ações da Emissora, do Contrato de Penhor de Ações das SPEs ou do Contrato de Penhor de Ações da Ipanema Participações, conforme o caso. Ainda, após a referida averbação, a Emissora, as SPEs e/ou a Ipanema Participações, conforme o caso, deverão encaminhar ao Agente Fiduciário cópias autenticadas de seus respectivos Livros de Registro de Ações Nominativas e/ou declaração expedida pela instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração de suas ações, conforme aplicável, evidenciando a anotação referida nesta Cláusula, em até 5 (cinco) dias após a devida averbação, limitado a até 2 (dois) Dias Úteis antes da data de cumprimento dos vícios sanáveis da Oferta junto à CVM.

3.5.4. O Agente Fiduciário deverá verificar a regularidade da constituição das Garantias (conforme abaixo definido), incluindo os devidos registros e averbações nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos ou de Registro de Imóveis, conforme termos previstos na presente Escritura de Emissão e nos referidos Contratos de Garantia, e a comprovação da ciência por parte dos devedores dos direitos empenhados e/ou cedidos fiduciariamente, conforme o caso, nos termos informados na Cláusula 3.5.2 acima. Para tanto, a Emissora entregará ao Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 2.5.2 acima: (i) 1 (uma) via original dos Contratos de Garantia e das Fianças Bancárias devidamente registrados; (ii) cópia autenticada dos Livros de Registro de Ações Nominativas da Emissora, das SPEs e da Ipanema Participações, evidenciando as anotações referidas na Cláusula 3.5.3 acima e/ou declaração expedida pela instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora, das SPEs ou da Ipanema Participações, conforme o caso; e (iii) a comprovação da ciência por parte dos devedores dos direitos empenhados e/ou cedidos fiduciariamente, conforme o caso, nos termos informados na Cláusula 3.5.2 acima.

3.5.5. Todas as despesas com o registro dos Contratos de Garantia, conforme previsto nos respectivos instrumentos, serão de responsabilidade da Emissora.

3.5.6. Fica, desde já, certo e ajustado que a inobservância dos prazos para execução de quaisquer Garantias Reais constituídas em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

3.5.7. Observado o disposto no Contrato de Compartilhamento de Garantias (conforme abaixo definido), nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas poderão executar as Garantias Reais, simultaneamente ou em qualquer ordem, sem que com isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, até a quitação integral das Obrigações Garantidas.

3.5.8. As Garantias Reais referidas acima serão outorgadas em caráter irrevogável e irretratável pela Emissora, pela Ipanema Participações e pelas SPEs, vigendo até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, nos termos dos Contratos de Garantia, da presente Escritura de Emissão e demais instrumentos jurídicos competentes à formalização das Garantias Reais, a serem firmados entre a Emissora, as SPEs, a Ipanema Participações, o Agente Fiduciário, o BNDES e demais partes de referidos instrumentos, conforme aplicável.

3.5.9. **Administração de Contas.** A Emissora e as SPEs obrigam-se a constituir e manter, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e do BNDES, por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Emissora (em conjunto, “Contas Controladas”):

* 1. contas centralizadoras de titularidade das SPEs, movimentáveis exclusivamente pelo Banco Administrador, constituídas exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos CCEARs e demais contratos de comercialização de energia no ambiente de contratação regulado ou no ambiente de contratação livre que venham a ser celebrados pelas SPEs (“Contas Centralizadoras”);
  2. conta controlada de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Administrador, para a qual deverão, nos prazos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Emissora, ser transferidos, das Contas Centralizadoras, recursos para garantir, com no mínimo 6 (seis) meses de antecedência, o pagamento da próxima prestação de amortização do Valor Nominal Atualizado e dos Juros Remuneratórios a que fazem jus os Debenturistas, sendo certo que para o preenchimento da referida conta utilizar-se-ão os valores projetados com base na utilização da média das variações mensais do IPCA divulgadas nos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à aferição (“Conta Centralizadora Pagamento Debêntures”);
  3. contas controladas de titularidade das SPEs, movimentáveis exclusivamente pelo Banco Administrador, para as quais deverão ser transferidos das respectivas Contas Centralizadoras, nos prazos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs, o valor correspondente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida da dívida de cada SPE nos termos do Contrato de Financiamento com o BNDES (“Contas Reserva do Serviço da Dívida BNDES”);
  4. conta controlada de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Administrador, para a qual deverão ser transferidos, no prazo previsto no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Emissora, das Contas Centralizadoras, recursos suficientes para garantir o pagamento da prestação de amortização do Valor Nominal Unitário e/ou dos Juros Remuneratórios, conforme aplicável, imediatamente vincenda (“Conta Reserva do Serviço da Dívida Debêntures” e, em conjunto com as Contas Reserva do Serviço da Dívida BNDES, “Contas Reserva do Serviço da Dívida”);
  5. contas controladas de titularidade das SPEs, movimentáveis exclusivamente pelo Banco Administrador, para as quais deverão ser transferidos das respectivas Contas Centralizadoras, no prazo previsto no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs, recursos que deveriam ser transferidos diretamente das Contas Centralizadoras para a Conta Centralizadora Pagamento Debêntures ou para a Conta Reserva do Serviço da Dívida Debêntures, em situações em que, por qualquer razão, haja impossibilidade de realização de transferências de tais recursos para as referidas contas, conforme detalhado no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs;
  6. contas controladas de titularidade das SPEs, movimentáveis exclusivamente pelo Banco Administrador, para as quais deverão ser transferidos das respectivas Contas Centralizadoras, no prazo previsto no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs, recursos suficientes para que o saldo corresponda a 1/4 (um quarto) do valor anual previsto para o ano subsequente de pagamentos que incumba a cada uma das SPEs em decorrência dos contratos de operação e manutenção (*Operations and Support Agreement*) celebrados entre cada uma das SPEs e a Acciona em 31 de julho de 2015 (“Contas Reserva de O&M” e “Contratos de O&M”, respectivamente);
  7. conta controlada de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Administrador, cujo saldo deverá ser a soma de 1 (uma) prestação vencida da amortização e dos acessórios da dívida do Contrato de Financiamento com o BNDES;
  8. conta controlada de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Administrador, na qual deverão ser depositados recursos suficientes para, na hipótese prevista na Cláusula 6.1.2 (kk) abaixo, complementar recursos necessários para que o ICSD Mínimo seja atingido.

3.5.9.1. Poderão ser criadas e mantidas sob cessão fiduciária outras contas correntes diversas das especificadas na Cláusula 3.5.9 acima caso sejam necessárias para a operacionalização da cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes dos CCEARs.

1. **Garantia Fidejussória**

3.6.1. **Fianças das SPEs**. As SPEs aceitam a presente Escritura de Emissão, na qualidade de fiadoras e principais pagadoras, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 333, parágrafo único, 366, 368, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), e dos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (“Código de Processo Civil”), responsabilizando-se solidariamente entre si e com a Emissora, pelo fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas (“Fianças das SPEs”).

3.6.1.1. As SPEs se obrigam a, observados os prazos de cura aplicáveis e independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, pagar as Obrigações Garantidas até as 16 horas da data de recebimento de notificação com aviso de recebimento enviada pelo Agente Fiduciário informando da falta de pagamento de qualquer das obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão (ou até as 16 horas do Dia Útil imediatamente subsequente, caso a data de recebimento não seja um Dia Útil ou caso a notificação tenha sido enviada após as 11 horas).

3.6.1.2. Todos e quaisquer pagamentos realizados pelas SPEs em relação às Fianças das SPEs serão efetuados fora do âmbito da CETIP e da BM&FBOVESPA, livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo as SPEs pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis.

3.6.1.3. As Fianças das SPEs aqui referidas são prestadas pelas SPEs em caráter irrevogável e irretratável e entrarão em vigor na data de assinatura da Escritura de Emissão, sendo certo que as SPEs desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral das Obrigações Garantidas.

3.6.1.4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas SPEs com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

3.6.1.5. As SPEs renunciam, neste ato, e até a integral quitação das obrigações decorrentes das Debêntures, à sub-rogação nos direitos de crédito correspondentes às obrigações assumidas nesta Cláusula. Assim, na hipótese de excussão da presente garantia, as SPEs não terão qualquer direito de reaver da Emissora qualquer valor decorrente da execução das Fianças das SPEs até a integral e efetiva liquidação das Obrigações Garantidas.

3.6.1.6. As Fianças das SPEs poderão ser excutidas e exigidas pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação das Obrigações Garantidas.

3.6.1.7. As Fianças das SPEs permanecerão válidas e plenamente eficazes, em caso de aditamentos, alterações e quaisquer outras modificações nos Contratos de Garantia, nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta.

3.6.1.8. As despesas com o registro desta Escritura de Emissão nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos serão de responsabilidade da Emissora.

3.6.2. **Fianças Bancárias**. Sem prejuízo das demais garantias constituídas ou a serem constituídas no âmbito da Emissão em favor dos Debenturistas, conforme previsto acima, a Emissora contratará, como condição prévia à subscrição e integralização das Debêntures, para cobertura de risco de *Completion* (conforme abaixo definido) do Projeto, fianças bancárias em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário: (i) em qualquer hipótese, junto a instituições financeiras que possuam *rating* mínimo de “AA-”, com perspectiva estável, em escala local, pela Standard & Poor's ou pela Fitch Ratings, ou o seu equivalente pela Moody’s; ou (ii) no caso de rebaixamento do risco soberano do Brasil para um *rating* inferior a “AA-”, em escala local, pela Standard & Poor’s ou pela Fitch Ratings, ou o seu equivalente pela Moody’s, alternativamente: (a) junto a uma das 3 (três) maiores instituições financeiras privadas do Brasil em valor de mercado, ou (b) junto a agências (*branches*) brasileiras de instituições financeiras internacionais cujas matrizes tenham *rating* em escala internacional no mínimo igual ao *rating* soberano do Brasil (“Fianças Bancárias” e, em conjunto com as Fianças das SPEs e as Garantias Reais, “Garantias”), para o fim de, em conjunto, garantir o pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas.

3.6.2.1. As Fianças Bancárias serão firmadas por meio de uma ou mais cartas de fiança, nos termos constantes do Anexo I a esta Escritura de Emissão, que deverão, somados os percentuais das obrigações garantidas em cada carta de fiança, garantir o percentual de 100% (cem por cento) das Obrigações Garantidas, devendo as instituições financeiras prestadoras das Fianças Bancárias se responsabilizarem na qualidade de devedoras solidárias com a Emissora e as Fiadoras (e não entre si) e principais pagadoras, respeitados os limites indicados nas respectivas cartas de fiança, com renúncia aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, pelo fiel, exato e integral cumprimento das Obrigações Garantidas.

3.6.2.2. Observado o disposto na Cláusula 3.6.2.6 abaixo, a Emissora obriga-se a manter as Fianças Bancárias válidas e eficazes até que a Emissora apresente ao Agente Fiduciário a comprovação do *Completion* do Projeto, observados os termos da Cláusula 3.6.2.3 abaixo.

3.6.2.3. A comprovação do cumprimento do *Completion* do Projeto para os fins desta Escritura de Emissão se dará após (a) a comprovação das condições previstas na Cláusula 4.13.1 abaixo; e (b) o envio, pela Emissora ao Agente Fiduciário, de confirmação por escrito do BNDES, inclusive por meio do envio de cópia digitalizada da decisão do BNDES, na qualidade de credor do Contrato de Financiamento com o BNDES, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da respectiva confirmação pela Emissora, atestando o *Completion*, nos termos do Contrato de Financiamento com o BNDES, juntamente com uma declaração da Emissora, nos termos do modelo de Declaração de Cumprimento de *Completion*, constante do Anexo II à presente Escritura de Emissão: (i) confirmando o recebimento da declaração de *Completion* por parte do BNDES; (ii) atestando o cumprimento das condições para o *Completion*, nos termos da Cláusula 4.13.1 abaixo; (iii) atestando a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento (conforme abaixo definido) e a inexistência de descumprimento de quaisquer obrigações perante os Debenturistas; e (iv) solicitando ao Agente Fiduciário a liberação total, após a comprovação do *Completion* do Projeto, das Fianças Bancárias, sendo certo que não será necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou tampouco qualquer anuência de quaisquer detentores das Debêntures para formalizar a liberação total ou parcial das Fianças Bancárias.

3.6.2.4. Os Debenturistas ao subscreverem as Debêntures expressamente concordam com a liberação das Fianças Bancárias após a comprovação do *Completion*, independentemente de qualquer deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas.

3.6.2.5. O Agente Fiduciário somente deverá proceder com a liberação das Fianças Bancárias caso, previamente à liberação: (i) não tenha conhecimento ou não tenha notificado a Emissora acerca da ocorrência de um Evento de Inadimplemento (exceto se o referido Evento de Inadimplemento houver sido sanado), ou do vencimento antecipado das Debêntures; (ii) a Emissora esteja adimplente com suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão; e (iii) as Garantias Reais estejam devidamente constituídas, vigentes e exequíveis nos termos desta Escritura de Emissão e dos respectivos Contratos de Garantia.

3.6.2.6. As Fianças Bancárias deverão ser emitidas com validade mínima de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua emissão, devendo ser renovadas ou substituídas, por igual período, de forma que as Fianças Bancárias sempre estejam em vigor até a ocorrência do primeiro dos seguintes eventos: (i) a quitação integral das Debêntures ou até (ii) o recebimento, pelo Agente Fiduciário, da comprovação da ocorrência do *Completion*, a ser enviada pela Emissora, nos termos da Cláusula 3.6.2.4 acima.

3.6.2.7. Na hipótese de o *Completion* e/ou a liquidação integral das Debêntures não ocorrer em até 60 (sessenta) dias antes da data de vencimento das Fianças Bancárias, a Emissora deverá renová-las ou substituí-las por novas Fianças Bancárias em até 60 (sessenta) dias antes de sua data de vencimento, substancialmente com os mesmos termos e condições das Fianças Bancárias originalmente emitidas, por um prazo adicional de 24 (vinte e quatro) meses: (i) em qualquer hipótese, junto às mesmas instituições financeiras ou a outras instituições financeiras que possuam *rating* mínimo, em escala nacional, de “AA-”, com perspectiva estável, em escala local, pela Standard & Poor's ou pela Fitch Ratings, ou o seu equivalente pela Moody’s; ou (ii) no caso de rebaixamento do risco soberano do Brasil para um rating inferior a “AA-” em escala local pela Standard & Poor’s ou pela Fitch Ratings ou o seu equivalente pela Moody’s, alternativamente: (a) junto a uma das 3 (três) maiores instituições financeiras privadas do Brasil em valor de mercado, ou (b) junto a agências (*branches*) brasileiras de instituições financeiras internacionais cujas matrizes tenham *rating* em escala internacional no mínimo igual ao *rating* soberano do Brasil. Referida renovação deverá ser feita quantas vezes necessário, sempre em até 60 (sessenta) dias antes da data de vencimento das Fianças Bancárias, para que as Debêntures permaneçam garantidas até que ocorra o *Completion* ou a quitação integral das Obrigações Garantidas, o que ocorrer primeiro e conforme aplicável.

3.6.2.8. Caberá ao Agente Fiduciário, conforme deliberado pelos Debenturistas, requerer a execução, judicial ou extrajudicial, das Fianças Bancárias, quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação das Obrigações Garantidas, em caso de inadimplemento de obrigações pecuniárias, vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 6.1 abaixo, ou ainda, em caso de não pagamento das Debêntures na Data de Vencimento, nos termos desta Escritura de Emissão.

3.6.2.9. As Partes concordam, desde já, que todos e quaisquer custos incorridos na prestação das Fianças Bancárias em favor dos Debenturistas deverão ser arcados pela Emissora.

3.6.2.10. Não há preferência quanto à execução das Fianças Bancárias, das Fianças das SPEs ou das Garantias Reais. As Fianças Bancárias, as Fianças das SPEs e qualquer das Garantias Reais são garantias diversas e autônomas e respondem pelas Obrigações Garantidas, nos termos desta Escritura de Emissão, das Fianças Bancárias e dos Contratos de Garantia.

3.6.2.11. As Partes desde já concordam que dependerá de anuência prévia por escrito de todas as instituições financeiras prestadoras das Fianças Bancárias qualquer modificação relativa às características das Debêntures que implique alteração ou tenha impacto sobre as Fianças Bancárias, inclusive com relação: (i) ao Valor Total da Emissão; (ii) aos prazos para pagamento dos Juros Remuneratórios ou Valor Nominal Atualizado; (iii) às Garantias Reais ou Fianças das SPEs; (iv) ao valor da Atualização Monetária ou dos Juros Remuneratórios; (v) aos termos e condições da Cláusula 4.13.1 abaixo.

1. **Compartilhamento das Garantias Reais**

3.7.1. As Garantias Reais descritas na Cláusula 3.5.1 acima serão compartilhadas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, na proporção do respectivo saldo devedor de cada credor, com a dívida decorrente do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0495.1”, celebrado em 15 de outubro de 2015 entre as SPEs e o BNDES, com a interveniência da Emissora, da Ipanema Participações e do FIP Rio Energy, cujos recursos serão destinados ao Projeto (“Contrato de Financiamento com o BNDES”), de acordo com o “Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças” a ser celebrado entre BNDES e o Agente Fiduciário (“Contrato de Compartilhamento de Garantias”).

1. **Colocação e Procedimento de Distribuição**
   * 1. Observadas as disposições da regulamentação aplicável, as Debêntures serão objeto de distribuição pública, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenadores”), incluindo uma instituição intermediária líder, nos termos do “Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Colocação, das Debêntures da 2ª (Segunda) Emissão da Itarema Geração de Energia S.A.”, celebrado entre a Emissora e os Coordenadores em [--] de [--] de 2016 (“Contrato de Distribuição”). As Debêntures serão distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação, de forma individual e não solidária, com relação à totalidade das Debêntures. Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures.

* + 1. As Debêntures serão colocadas utilizando-se o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, conforme plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição (“Plano de Distribuição”), assegurando os Coordenadores: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco do público alvo; e (iii) que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplar do “Prospecto Preliminar de Distribuição Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, em Série Única, da 2ª Emissão da Itarema Geração de Energia S.A.”, tendo como anexo o formulário de referência da Emissora elaborado nos termos da Instrução CVM 480 (“Formulário de Referência” e “Prospecto Preliminar”, respectivamente), a ser disponibilizado ao mercado quando da divulgação do aviso ao mercado da Oferta (“Aviso ao Mercado”), nos termos do artigo 54-A da Instrução CVM 400, e (b) do “Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, da 2ª Emissão da Itarema Geração de Energia S.A.” (“Prospecto Definitivo” e, em conjunto com o Prospecto Preliminar, “Prospectos”), tendo como anexo o Formulário de Referência, a ser disponibilizado ao mercado quando da divulgação do anúncio de início da Oferta (“Anúncio de Início”), nos termos do artigo 54-A da Instrução CVM 400, para leitura obrigatória, e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelos Coordenadores, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400. A Oferta não contará com esforços de colocação no exterior.
    2. A colocação pública das Debêntures somente ocorrerá após: (i) o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula II acima; (ii) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (iii) a divulgação do Anúncio de Início; (iv) o registro para distribuição e negociação das Debêntures pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA, conforme aplicável; (v) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores e seu envio à CVM, nos termos do artigo 54 da Instrução CVM 400; (vi) o atendimento das condições precedentes estabelecidas no Contrato de Distribuição; e (vii) a publicação das Portarias no Diário Oficial da União.

* + 1. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.
    2. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme aplicável, e com o Plano de Distribuição descrito no Contrato de Distribuição e nesta Escritura de Emissão.

1. **Período de Colocação.**

3.9.1. Os Coordenadores terão o prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis, contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Debêntures, desde que tenham sido cumpridas as condições precedentes previstas no Contrato de Distribuição (“Período de Colocação”). Ao final do Período de Colocação, os Coordenadores ou quaisquer de suas sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum, conforme o caso, estarão obrigados a subscrever e integralizar a totalidade das Debêntures objeto da garantia firme que porventura não tenham sido colocadas, conforme procedimento descrito no Contrato de Distribuição. Após a colocação das Debêntures, será divulgado o anúncio de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 54-A da Instrução CVM 400 (“Anúncio de Encerramento”).

1. **Procedimento de *Bookbuilding*.**

3.10.1. Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos do disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, a ser organizado pelos Coordenadores para a verificação, junto aos potenciais investidores, do interesse de investimento nas Debêntures, em diferentes níveis de taxas de juros, sem lotes máximos ou mínimos, para a definição, em conjunto com a Emissora, dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido) (“Procedimento de *Bookbuilding*”). O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCEC, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora.

3.10.2. Poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* os Investidores Institucionais (conforme definido abaixo). Os Pedidos de Reserva dos Investidores Institucionais enviados durante o Período de Reserva serão consolidados com as intenções de investimento dos Investidores Institucionais apresentadas no dia do Procedimento de *Bookbuilding*, para definição da taxa de Juros Remuneratórios.

3.10.2.1. Para os fins desta Escritura de Emissão, consideram-se “Investidores Institucionais” os investidores que sejam fundos de investimento, clubes de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, bem como pessoas físicas ou jurídicas que sejam considerados Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), excetuando-se as Pessoas Vinculadas (conforme abaixo definido).

3.10.2.2. Para fins desta Escritura de Emissão, consideram-se “Investidores Qualificados” aqueles definidos pelo artigo 9º-B da Instrução CVM 539, quais sejam: (i) Investidores Profissionais (conforme abaixo definido); (ii) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

3.10.2.3. Para os fins desta Escritura de Emissão, consideram-se “Investidores Profissionais” aqueles definidos pelo artigo 9º-A da Instrução CVM 539, quais sejam: (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes.

3.10.2.4. Para os fins desta Escritura de Emissão, consideram-se “Pessoas Vinculadas” as definidas no inciso VI do artigo 1º da Instrução CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.

1. **Banco Liquidante e Escriturador**

3.11.1. O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04(“Banco Liquidante”, cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

3.11.2. O escriturador da Emissão é a Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 (“Escriturador”, cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

3.11.3. O Banco Liquidante e o Escriturador poderão ser substituídos a qualquer tempo, mediante aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula IX abaixo.

1. **Destinação dos Recursos**

3.12.1. Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, do Decreto Presidencial nº 7.603, de 09 de novembro de 2011, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011 (“Resolução CMN 3.947”), os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados exclusivamente para reembolso de parte dos gastos com a aquisição de aerogeradores fornecidos pela Acciona, no valor total de R$ 127.206.985,31 (cento e vinte e sete milhões, duzentos e seis mil, novecentos e oitenta e cinco reais e trinta e um centavos), que ocorreram em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão, relacionados à implantação das 9 (nove) centrais geradoras eólicas, abaixo descritas, e que formam o Complexo Eólico Itarema, conforme abaixo detalhado:

|  |  |
| --- | --- |
| **Objetivo do Projeto** | Implantação das 9 (nove) centrais geradoras eólicas do Complexo Eólico Itarema: Eólica Itarema I, Eólica Itarema II, Eólica Itarema III, Eólica Itarema IV, Eólica Itarema V, Eólica Itarema VI, Eólica Itarema VII, Eólica Itarema VIII e Eólica Itarema IX (“Projeto”). |
| **Data estimada para o início do Projeto** | O Projeto tinha datas de entrada em operação comercial estimadas entre 1º de janeiro de 2016 e agosto de 2016, sendo que, na presente data, todas as 9 (nove) centrais geradoras eólicas estão em operação comercial. |
| **Fase atual do Projeto** | O Projeto está em operação comercial. |
| **Data estimada para o encerramento do Projeto** | A implantação do Projeto foi encerrada em junho de 2016. O período de autorização é de 35 (trinta e cinco) anos, iniciados em 13 de maio de 2014 para Eólica Itarema I, Eólica Itarema II, Eólica Itarema III e Eólica Itarema V; em 19 de dezembro de 2014 para Eólica Itarema IV; em 23 de dezembro de 2014 para Eólica Itarema VI; em 5 de fevereiro de 2015 para Eólica Itarema VII; em 14 de janeiro de 2015 para Eólica Itarema VIII; e em 24 de novembro de 2014 para Eólica Itarema IX. |
| **Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto** | Os custos totais de investimento no Projeto estão estimados em aproximadamente R$ 1.075.000.000,00 (um bilhão e setenta e cinco milhões de reais). |
| **Valor das Debêntures que será destinado ao Projeto** | R$ 127.000.000,00 (cento e vinte e sete milhões de reais). |
| **Alocação dos recursos a serem captados por meio das Debêntures** | Os recursos a serem captados pelas Debêntures deverão ser utilizados para reembolso dos custos de implantação do Projeto. |
| **Percentual dos recursos financeiros necessários ao projeto provenientes das Debêntures** | As Debêntures representam aproximadamente 12% (doze por cento) dos usos totais estimados do Projeto. |

3.12.2. Observado o disposto no artigo 2º, parágrafo 1º-B, da Lei 12.431, os recursos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures poderão ser transferidos às SPEs, nas mesmas condições ou em condições menos onerosas do que as da presente Emissão, para a consequente realização do Projeto.

1. **Aumento da Oferta**

3.13.1. O Montante Total da Oferta não poderá ser aumentado em função do exercício da opção de emissão de debêntures adicionais e/ou de debêntures suplementares, nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 e do artigo 24, respectivamente, da Instrução CVM 400.

1. **Formador de Mercado**

3.14.1. A Emissora contratou o [--], nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, para exercer a atividade de formador de mercado (*market maker*) para as Debêntures, com a finalidade de garantir a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures, na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA (“Formador de Mercado”), pelo prazo de [--] meses contados da Data de Integralização.

3.14.2. O Formador de Mercado terá assegurado o direito de subscrição de até [--] Debêntures, nos termos do parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 555, a fim de possibilitar-lhe a atuação como formador de mercado (*market maker*), garantindo a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures durante a vigência do contrato celebrado com a Emissora, nos termos da legislação aplicável. O Formador de Mercado deverá adquirir as Debêntures observadas as taxas finais de remuneração das respectivas Debêntures estabelecidas durante o Procedimento de *Bookbuilding*. Dessa forma, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) das Debêntures inicialmente ofertadas, não será aplicável ao Formador de Mercado a restrição prevista no artigo 55 da Instrução CVM 400.

# CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

1. **Características Básicas**

4.1.1. **Data de Emissão**: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de outubro de 2016 (“Data de Emissão”).

4.1.2. **Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade**: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem depositadas eletronicamente na CETIP, será expedido pela CETIP extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures e, para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, será expedido pela BM&FBOVESPA extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

4.1.3. **Conversibilidade**: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.4. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória.

4.1.5. **Data de Vencimento das Debêntures:** Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, as Debêntures vencerão em 15 de dezembro de 2028 (“Data de Vencimento”).

4.1.6. **Valor Nominal Unitário**: O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.7. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 127.000 (cento e vinte e sete mil) Debêntures.

4.1.8.**Prazo e Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Subscrição**: As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA (“Data de Subscrição”). Caso qualquer Debênture venha ser integralizada em data diversa e posterior à Data de Subscrição, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição até a data de sua efetiva integralização.

1. **Atualização Monetária e Juros Remuneratórios**: As Debêntures serão atualizadas monetariamente e farão jus a juros remuneratórios conforme o disposto a seguir:

4.2.1. **Atualização Monetária das Debêntures:**

4.2.1.1. O Valor Nominal Unitário será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), calculado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), desde a Data de Subscrição até a data do efetivo pagamento (“Atualização Monetária”), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário (“Valor Nominal Atualizado”), calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos de acordo com a seguinte fórmula:

Onde:

VNa = Valor Nominal Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário remanescente após amortização de principal, incorporação e atualização monetária a cada período), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator acumulado das variações mensais do IPCA calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:



Onde:

n = número total de índices utilizados na Atualização Monetária das Debêntures, sendo “n” um número inteiro;

dup = número de Dias Úteis entre Data de Subscrição ou a última Data de Aniversário (conforme abaixo definido) das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do IPCA, sendo “dup” um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis entre a última e a próxima Data de Aniversário das Debêntures, sendo “dut” um número inteiro;

NIk = valor do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria Data de Aniversário das Debêntures. Após a Data de Aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NIk-1 = valor do IPCA do mês anterior ao mês “k”.

O fator resultante da expressão abaixo descrita é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento:



O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo IBGE.

Considera-se “Data de Aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente.

Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures.

Se até a Data de Aniversário das Debêntures o NIk não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NIk na apuração do Fator “C” um número- índice projetado calculado com base na última projeção disponível divulgada pela ANBIMA (“Número Índice Projetado” e “Projeção”, respectivamente) da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

Onde:

NIkp = Número Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento;

Projeção = variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização;

O Número Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número- índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

O número índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

4.2.1.2. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de sua extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial (“Período de Ausência do IPCA”), o IPCA deverá ser substituído pelo devido substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar do Período de Ausência do IPCA, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberação dos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, observados a boa fé, a regulamentação aplicável e os requisitos da Lei 12.431, do novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (“Taxa Substitutiva”). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma variação produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA ou da definição da Taxa Substitutiva.

4.2.1.3. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Emissora referida na Cláusula anterior, a respectiva Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada e o IPCA, a partir do retorno de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária desde o dia de sua indisponibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.

4.2.1.4. Caso a Taxa Substitutiva venha a acarretar a perda do benefício gerado pelo tratamento tributário previsto na Lei 12.431 ou caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre os Debenturistas e a Emissora, em deliberação realizada em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o quórum estabelecido na Cláusula IX adiante, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável, a totalidade das Debêntures vencerá antecipadamente e, consequentemente, deverá ser resgatada pela Emissora, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Subscrição ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido) imediatamente anterior. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização Monetária será utilizada para cálculo do fator “C” a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente.

4.2.1.5. Caso o IPCA volte a ser divulgado ou caso venha a ser estabelecido um substituto legal para o IPCA mesmo após a determinação da Taxa Substitutiva, o IPCA voltará, desde o dia de sua divulgação, ou, conforme o caso, o seu substituto legal passará, desde a data em que passe a viger, a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária, incidindo retroativamente à Data de Aniversário do mês imediatamente anterior à sua divulgação, sendo, portanto, dispensada a realização da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre este assunto.

4.2.2. **Juros Remuneratórios das Debêntures:**

4.2.2.1. Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão juros remuneratórios correspondentes a uma taxa equivalente à soma exponencial: (i) do percentual correspondente ao maior valor entre (a) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais (antigas Notas do Tesouro Nacional - Série B), com vencimento em 15 de agosto de 2024 (“Tesouro IPCA+ 2024”) a ser verificada no Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*; ou (b) a média das taxas internas de retorno do Tesouro IPCA+ 2024, a serem verificadas nos 3 (três) Dias Úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* do cômputo de dias), devendo ser consideradas, em todos os casos, as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (<http://www.anbima.com.br>) nas referidas datas; e (ii) de uma sobretaxa equivalente a um percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, limitada de acordo com a classificação de risco (*rating*) atribuída à Emissão, nos termos da tabela abaixo (“Juros Remuneratórios”):

|  |  |
| --- | --- |
| ***Rating*** | **Sobretaxa Máxima Aplicável** |
| Igual ou superior a AA- (ou equivalente) | 2,70% (dois inteiros e setenta centésimos por cento) |
| A+(ou equivalente) | 3,30% (três inteiros e trinta centésimos por cento) |

#### 4.2.2.2 Os Juros Remuneratórios serão incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado, a partir da Data de Subscrição ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e incorporados ou pagos, conforme aplicável, ao final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado em regime de capitalização composta *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula abaixo:

*J = VNa x (Fator Juros – 1)*

Onde:

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



Onde:

Taxa = taxa a ser informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser apurada na forma da Cláusula 4.2.2.1, conforme o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Subscrição ou última data de pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.2.2.3 A presente Escritura de Emissão será aditada nos termos da minuta de aditamento constante do Anexo III para refletir a taxa final consolidada aplicada aos Juros Remuneratórios, conforme o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, sendo dispensada a realização de nova deliberação da Emissora, de qualquer das SPEs, do FIP Rio Energy ou da Ipanema Participações para tanto.

4.2.3. **Período de Capitalização:**

4.2.3.1. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

4.2.3.2. O primeiro pagamento de Juros Remuneratórios será realizado em 15 de dezembro de 2016 (inclusive) e os demais pagamentos de Juros Remuneratórios ocorrerão sucessivamente nos semestres subsequentes, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro, sendo o último pagamento realizado na Data de Vencimento (cada uma dessas datas uma “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios”, conforme aplicável). Farão jus ao recebimento dos Juros Remuneratórios aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Pagamento de Juros Remuneratórios.

1. **Amortização do Valor Nominal Atualizado**

4.3.1. O Valor Nominal Atualizado das Debêntures será amortizado em 23 (vinte e três) parcelas semestrais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, conforme cronograma descrito na 2ª (segunda) coluna da tabela a seguir (“Datas de Amortização das Debêntures”) e percentuais dispostos na 3ª (terceira) coluna da tabela a abaixo. Farão jus ao recebimento da amortização do Valor Nominal Atualizado aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Amortização das Debêntures.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Parcela** | **Data de Amortização das Debêntures** | **Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário na Data de Emissão** |
| 1ª | 15 de dezembro de 2017 | 7,0000% |
| 2ª | 15 de junho de 2018 | 0,3500% |
| 3ª | 15 de dezembro de 2018 | 0,3500% |
| 4ª | 15 de junho de 2019 | 1,3500% |
| 5ª | 15 de dezembro de 2019 | 1,3500% |
| 6ª | 15 de junho de 2020 | 2,6000% |
| 7ª | 15 de dezembro de 2020 | 2,6000% |
| 8ª | 15 de junho de 2021 | 2,0000% |
| 9ª | 15 de dezembro de 2021 | 2,0000% |
| 10ª | 15 de junho de 2022 | 0,7500% |
| 11ª | 15 de dezembro de 2022 | 0,7500% |
| 12ª | 15 de junho de 2023 | 4,8000% |
| 13ª | 15 de dezembro de 2023 | 4,8000% |
| 14ª | 15 de junho de 2024 | 7,0000% |
| 15ª | 15 de dezembro de 2024 | 7,0000% |
| 16ª | 15 de junho de 2025 | 5,8800% |
| 17ª | 15 de dezembro de 2025 | 5,8800% |
| 18ª | 15 de junho de 2026 | 4,5000% |
| 19ª | 15 de dezembro de 2026 | 4,5000% |
| 20ª | 15 de junho de 2027 | 8,4000% |
| 21ª | 15 de dezembro de 2027 | 8,4000% |
| 22ª | 15 de junho de 2028 | 8,8800% |
| 23ª | 15 de dezembro de 2028 | Saldo do Valor Nominal Atualizado |

1. **Local de Pagamento**

4.4.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP; (b) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures depositadas eletronicamente na BM&FBOVESPA; ou (c) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que não estejam depositadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA.

1. **Prorrogação dos Prazos**

4.5.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos (i) cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo ou (ii) cujos pagamentos devam ser realizados por meio da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo, feriado declarado nacional ou data em que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA.

1. **Encargos Moratórios**

4.6.1. Sem prejuízo da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago (“Encargos Moratórios”).

1. **Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

4.7.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.6.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora nos Jornais de Publicação, não lhe dará direito ao recebimento da Atualização Monetária, Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento.

1. **Repactuação Programada**

4.8.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

1. **Publicidade**

4.9.1. Exceto pelo Aviso ao Mercado (conforme abaixo definido), que será publicado no jornal “Valor Econômico”, todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser divulgados na página da Emissora, dos Coordenadores, da CETIP, da BM&FBOVESPA e da CVM na rede mundial de computadores, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário, a CETIP e a BM&FBOVESPA a respeito de qualquer divulgação na data da sua realização.

4.9.2 . A Emissora poderá alterar os Jornais de Publicação, conforme aplicável, por outro(s) jornal(is) de grande circulação que seja(m) adotado(s) para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no(s) jornal(is) a ser(em) substituído(s), nos termos do parágrafo 3º, do artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações, cabendo aos Debenturistas verificar com a Emissora eventual alteração dos Jornais de Publicação.

1. **Imunidade de Debenturistas**

4.10.1 Ressalvado o tratamento tributário diferenciado das Debêntures previsto na Cláusula 4.12 abaixo, caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, o Banco Liquidante fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista. Será de responsabilidade do Banco Liquidante a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária, podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais para a comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação, não poderá ser imputada à Emissora ou ao Banco Liquidante qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido por meio da Escritura de Emissão.

1. **Classificação de Risco**

4.11.1. Foi contratada, como agência de classificação de risco da Oferta, a Fitch Ratings, que atribuirá *rating* às Debêntures.

1. **Tratamento Tributário**

4.12.1. As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431.

4.12.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, diferente daquelas previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao seu custodiante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos, nos termos da legislação tributária em vigor, da Lei 12.431 e da Cláusula 4.10.1 acima.

4.12.3. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.12.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e ao Escriturador, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador ou pela Emissora.

4.12.4. Caso a Emissora não utilize os recursos na forma prevista na Cláusula 3.12 acima, dando causa ao seu desenquadramento da Lei 12.431, esta será responsável pela multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Emissão não alocado no Projeto, observado os termos do artigo 2º parágrafos 5º, 6º e 7º da Lei 12.431.

4.12.5. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.12.4 acima, caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Emissão e até a Data de Vencimento as Debêntures deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431 ou haja qualquer retenção de tributos sobre os rendimentos das Debêntures em razão do não atendimento, pela Emissora, dos requisitos estabelecidos na referida Lei, a Emissora desde já se obriga a arcar com todos os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, bem como com qualquer multa a ser paga nos termos da Lei 12.431, de modo que a Emissora deverá acrescer a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos valores não fossem incidentes, sendo certo que tais acréscimos deverão ser pagos fora do âmbito da CETIP e da BM&FBOVESPA.

**4.13. Fases do Projeto**

4.13.1. Para fins e efeitos da presente Escritura de Emissão, a conclusão das fases do Projeto ocorrerá da seguinte forma:

* + - 1. a conclusão física do Projeto (“*Completion* Físico”) se dará por meio da implantação das 9 (nove) centrais geradoras eólicas do Complexo Eólico Itarema (Eólica Itarema I, Eólica Itarema II, Eólica Itarema III, Eólica Itarema IV, Eólica Itarema V, Eólica Itarema VI, Eólica Itarema VII, Eólica Itarema VIII e Eólica Itarema IX) e pelo cumprimento cumulativo das seguintes condições:

1. apresentação de despacho da Superintendência de Fiscalização de Geração da ANEEL autorizando a entrada em operação comercial de todas as unidades geradoras das centrais geradoras eólicas integrantes do Projeto, ou ato equivalente;
2. comprovação ao Agente Fiduciário da obtenção das licenças ambientais de operação aplicáveis das centrais geradoras eólicas integrantes do Projeto e do respectivo sistema de transmissão, expedidas em nome das SPEs pelo órgão competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – SISNAMA;
3. apresentação das apólices de seguro contratadas na forma do disposto no inciso XXXVII da Cláusula Décima Quarta do Contrato de Financiamento com o BNDES, juntamente com o comprovante de quitação do prêmio;
4. comprovação da quitação integral de todas e quaisquer dívidas, mútuos, empréstimos, ações resgatáveis, financiamentos e/ou quaisquer outras formas de endividamento contraídas pela Emissora ou pelas SPEs junto a instituições financeiras, acionistas e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico, de curto ou longo prazo, com a exceção das Debêntures, de dívidas contraídas junto ao BNDES e de mútuos eventualmente celebrados entre as SPEs e a Emissora visando a transferir para as SPEs os recursos captados por meio da Oferta;
5. declaração da Emissora acerca da inexistência de ato administrativo ou judicial que impeça a conclusão ou continuidade do Projeto; e
   * + 1. a conclusão financeira do Projeto (“*Completion* Financeiro” e, em conjunto com o *Completion* Físico, “*Completion*”) se dará por meio do cumprimento cumulativo das seguintes condições:
6. declaração da Emissora acerca da inexistência de inadimplemento pela Emissora ou por sociedades integrantes de seu grupo econômico de obrigações assumidas perante o BNDES;
7. atendimento do ICSD Mínimo (conforme abaixo definido), desde que verificado o pagamento de 12 (doze) parcelas mensais de amortização do Contrato de Financiamento com o BNDES;
8. comprovação pela Emissora de geração líquida de energia elétrica por todo o Projeto de, no mínimo, 913,91GWh (novecentos e treze inteiros e noventa e um centésimos de Gigawatts-hora), em período de 12 (doze) meses consecutivos, imediatamente anterior à verificação;
9. preenchimento integral das Contas Controladas;
10. declaração da Emissora acerca da inexistência de inadimplemento pela Emissora e/ou pelas SPEs de obrigações assumidas perante terceiros;
11. inexistência de dívidas financeiras da Emissora e/ou das SPEs perante terceiros, exceto pelas Debêntures e pelo Contrato de Financiamento do BNDES, conforme comprovado pelas demonstrações financeiras mais recentes da Emissora e das SPEs;
12. comprovação, pela Emissora, da plena validade, eficácia e exequibilidade das Garantias Reais, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, por meio da apresentação dos Contratos de Garantia devidamente registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e Cartórios de Registro de Imóveis, conforme aplicável; e
13. declaração da Emissora acerca da inexistência de ato administrativo ou judicial que impeça a conclusão ou continuidade do Projeto.

**4.14. Condições para Subscrição e Integralização das Debêntures**

4.14.1. A Emissora obriga-se a providenciar e enviar ao Agente Fiduciário, previamente à Data de Subscrição:

1. 1 (uma) via original da Escritura de Emissão devidamente arquivada na JUCEC, nos termos da Cláusula 2.4 acima e registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos nos termos da Cláusula 2.5.1 acima;
2. 1 (uma) via original das Fianças Bancárias devidamente registrada nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos da Cláusula 2.5.4 acima; e
3. 1 (uma) cópia digitalizada do relatório preliminar de classificação de risco (*rating*) das Debêntures por agência de classificação dentre Moody’s, Standard & Poor's ou Fitch Ratings, observado o envio do relatório definitivo nos termos da alínea (l) da Cláusula 7.1 abaixo.

# CLÁUSULA V RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL OU PARCIAL, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

**5.1. Resgate Antecipado Facultativo Parcial das Debêntures, Oferta de Resgate Antecipado ou Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures**

5.1.1. Não será admitida a realização de resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures, de oferta de resgate antecipado ou de amortização extraordinária facultativa das Debêntures.

**5.2. Resgate Antecipado Facultativo Total**

5.2.1. 5.2.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, após transcorridos 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, e desde que a Emissora esteja adimplente com suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo Total”).

* + 1. O Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.9 desta Escritura de Emissão (“Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total”), com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias e máxima de 45 (quarenta e cinco) dias da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total (“Data do Resgate Antecipado Facultativo Total”). A Data do Resgate Antecipado Facultativo Total deverá coincidir com qualquer Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios.
    2. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Atualizado (ou do Saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme aplicável), acrescido: (i) dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição, ou a Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (ii) de Prêmio de Resgate, calculado nos termos da Cláusula 5.2.4 abaixo (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total”):
    3. Em caso de Resgate Antecipado Facultativo Total, a Emissora pagará aos Debenturistas um prêmio (“Prêmio de Resgate”), calculado de acordo com a seguinte fórmula:

Pn=Máximo {0;Saldo Devedor Ajustado 1-Saldo Devedor; Saldo Devedor Ajustado 2 – Saldo Devedor}

Onde,

**Pn**: é valor do Prêmio de Resgate, que não poderá ser negativo.

**Saldo Devedor Ajustado 1**: é o Valor Nominal Atualizado, acrescidos dos Juros Remuneratórios devidos e não pagos, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, conforme fórmula abaixo:



Onde,

“**n**” são os números compreendidos entre 1, inclusive, e 25, inclusive. Para fins do cálculo, não serão considerados os números correspondentes às parcelas já quitadas junto aos Debenturistas;

“**PMTn**” é o n-ésimo valor, na Data de Emissão, constante da coluna “PMTn”, constante da tabela do Anexo VI desta Escritura de Emissão, calculado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento. Para fins do cálculo, não serão considerados os números correspondentes às parcelas já quitadas junto aos Debenturistas;

“**Taxa Ajustada**” é taxa fixa, em percentual ao ano, dos Juros Remuneratórios deduzida, de forma exponencial, de 2,0% (dois por cento) ao ano;

“**dun**” é o número de Dias Úteis compreendidos entre a Data de Resgate Antecipado Facultativo Total e a n-ésima data constante da coluna “Data de Pagamento da PMTn” constante no Anexo VI desta Escritura de Emissão;

“**Cn**” é o fator acumulado das variações mensais do IPCA calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado nos termos da Cláusula 4.2.1 desta Escritura de Emissão;

**Saldo Devedor Ajustado 2**: é o Valor Nominal Atualizado, acrescidos dos Juros Remuneratórios devidos e não pagos, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, conforme fórmula abaixo:



Onde,

“**n**” são os números compreendidos entre 1, inclusive, e 25, inclusive. Para fins do cálculo, não serão considerados os números correspondentes às parcelas já quitadas junto aos Debenturistas;

“**PMTn**” é o n-ésimo valor, na Data de Emissão, constante da coluna “PMTn”, constante da tabela do Anexo VI desta Escritura de Emissão, calculado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento. Para fins do cálculo, não serão considerados os números correspondentes às parcelas já quitadas junto aos Debenturistas.;

“**Taxa Tesouro IPCA**” é a taxa fixa, em percentual ao ano, de remuneração (cupom sobre o IPCA) do Tesouro IPCA+ com data de vencimento que tenha a *duration* mais próxima dos fluxo remanescente. Será utilizada a taxa indicativa do Tesouro IPCA+ divulgada pela ANBIMA obtida 2 (dois) Dias Úteis antes da Data do Resgate Antecipado Facultativo Total. A taxa fixa em percentual ao ano deverá ser multiplicada por (1 –alíquota). Entende-se como alíquota o imposto de renda vigente à época para investimentos de pessoas físicas em debêntures que gozem do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431, com prazo de vencimento equivalente ao prazo de vencimento da última parcela vincenda da PMTn. Apenas a título ilustrativo, alíquota de imposto de renda vigente na Data de Emissão é zero, sendo certo que para o cálculo desta fórmula deverá sempre ser utilizada a alíquota vigente na data do pagamento do Prêmio de Resgate;

“**dun**” é o número de Dias Úteis compreendidos entre a Data de Resgate Antecipado Facultativo Total e a n-ésima data constante da coluna “Data de Pagamento da PMTn” constante no Anexo VI desta Escritura de Emissão, o qual será preenchido após a realização do Procedimento de *Bookbuilding* e constará da Escritura de Emissão após a realização do aditamento previsto na Cláusula 4.2.2.3 acima;

“**Cn**” é o fator acumulado das variações mensais do IPCA calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado nos termos da Cláusula 4.2.1 desta Escritura de Emissão;

“**Saldo Devedor**”: Valor Nominal Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos e não pagos, calculado na Data do Resgate Antecipado Facultativo Total.

5.2.4. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá constar: (i) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; (ii) a estimativa do Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

5.2.5. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas.

5.2.6. O Resgate Antecipado Facultativo Total ocorrerá, conforme o caso, de acordo com: (i) os procedimentos estabelecidos pela CETIP, para as Debêntures que estiverem depositadas eletronicamente na CETIP; (ii) os procedimentos estabelecidos pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA; ou (iii) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que não estiverem depositadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA.

5.2.7. A CETIP e a BM&FBOVESPA deverão ser notificadas pela Emissora sobre o Resgate Antecipado Facultativo Total com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, por meio de envio de correspondência contendo o “de acordo” do Agente Fiduciário.

5.2.8. O cálculo do Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total deverá ser realizado pela Emissora e validado pelo Agente Fiduciário, em até 1 (um) Dia Útil antes da realização do respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total.

**5.3. Aquisição Facultativa**

5.3.1. Após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, observado o disposto na Lei 12.431, as Debêntures poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos desta Cláusula poderão: (i) desde que permitido pela regulamentação aplicável, ser canceladas, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos valores de Atualização Monetária e Juros Remuneratórios das demais Debêntures, conforme aplicável. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, esta Escritura de Emissão deverá ser aditada para refletir tal cancelamento.

# CLÁUSULA VI

# VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Observado o disposto nas Cláusulas 6.1.1 a 6.8 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis,* desde a Data de Subscrição, ou a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme o caso), e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidentes até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo ainda da busca de indenização por perdas e danos que compense integralmente o eventual dano causado pelo inadimplemento da Emissora, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento (conforme abaixo definido), respeitados os respectivos prazos de cura.

6.1.1. Constituem eventos que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.3 abaixo (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento Automático”):

1. não pagamento, pela Emissora e/ou pelas SPEs, conforme aplicável, nas datas de pagamento previstas nesta Escritura de Emissão, de quaisquer obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, sem que tal descumprimento seja sanado pela Emissora no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado do respectivo vencimento;
2. extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou decretação de falência da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs e/ou da Ipanema Participações, bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs e/ou pela Ipanema Participações, ou o requerimento de falência relativo à Emissora e/ou a quaisquer das SPEs e/ou à Ipanema Participações formulado por terceiros que não tenha sido elidido no prazo legal;
3. declaração de vencimento antecipado do Contrato de Financiamento com o BNDES ou declaração de vencimento de qualquer financiamento contratado pela Emissora e/ou pelas SPEs com o BNDES ou suas subsidiárias;
4. a transformação da Emissora em outro tipo societário;

1. caso, até o 15º (décimo quinto) Dia Útil anterior ao término da vigência das Fianças Bancárias, não ocorra (i) a renovação das Fianças Bancárias junto às instituições financeiras contratadas para prestação das Fianças Bancárias nesta data; ou (ii) a substituição das Fianças Bancárias: (a) em qualquer hipótese, junto a instituições financeiras que possuam *rating* mínimo de “AA-”, com perspectiva estável, pela Standard & Poor's ou pela Fitch Ratings ou o seu equivalente pela Moody’s; ou (b) no caso de rebaixamento do risco soberano do Brasil para um rating inferior a “AA-”, em escala local, pela Standard & Poor’s ou pela Fitch Ratings ou o seu equivalente pela Moody’s, alternativamente: (1) junto a uma das 3 (três) maiores instituições financeiras privadas do Brasil em valor de mercado, ou (2) junto a agências (*branches*) brasileiras de instituições financeiras internacionais cujas matrizes tenham *rating* em escala internacional no mínimo igual ao *rating* soberano do Brasil;
2. cancelamento, revogação, ou extinção das Autorizações;
3. pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora ou por quaisquer das SPEs e/ou pela Ipanema Participações, conforme aplicável;
4. constituição pela Emissora, pela Ipanema Participações ou por quaisquer das SPEs, de penhor ou qualquer outro gravame ou ônus sobre os direitos e bens dados em garantia às obrigações oriundas das Debêntures, ou qualquer outra espécie de cessão ou vinculação sobre os mesmos direitos a terceiros que não os Debenturistas e o BNDES, observado ainda, no que couber, o compartilhamento de que trata a Cláusula 3.7.1 acima e o Contrato de Compartilhamento de Garantias, ressalvada: (i) a constituição de penhor em 2º (segundo) grau sobre os bens empenhados em 1º (primeiro) grau em garantia das obrigações decorrentes das Debêntures, exclusivamente quando comprovadamente exigido pela ANEEL, pela CCEE ou pela ONS para garantir obrigações regulatórias; e (ii) o compartilhamento das garantias das Debêntures com a ANEEL, a CCEE ou a ONS, exclusivamente quando comprovadamente exigido por tais entidades para garantir obrigações regulatórias, e desde que, na hipótese prevista neste item (ii), o referido compartilhamento seja aprovado por Debenturistas que representem mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação;
5. aplicação dos recursos oriundos da Emissão, pela Emissora ou pelas SPEs, em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.12 desta Escritura de Emissão;
6. cancelamento, rescisão ou declaração judicial de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão, desde que não revertida em até 10 (dez) Dias Úteis a contar do cancelamento, rescisão ou declaração judicial, conforme o caso; e
7. questionamento da legalidade, validade ou exequibilidade desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia ou de qualquer de suas disposições pela Emissora ou por qualquer de suas Afiliadas.

6.1.2. Constituem eventos que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme venha a ser deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.4 abaixo (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento não Automático” e, em conjunto com os Eventos de Inadimplemento Automático, “Eventos de Inadimplemento”):

1. suspensão da operação comercial do Projeto por determinação de autoridades regulatórias por prazo superior a 5 (cinco) dias;
2. alteração, não renovação, vencimento antecipado ou rescisão dos Contratos de O&M: (i) até dezembro de 2022, exceto se causado por descumprimento de obrigações contratuais pela contraparte das SPEs; ou (ii) a partir de janeiro de 2023, exceto se os Contratos de O&M forem substituídos por Contrato(s) Aceito(s) (conforme abaixo definido).  Para fins desta Escritura de Emissão, considera-se um “Contrato Aceito” aquele em que (i) a contraparte tenha capacidade técnica adequada à execução das atividades de operação e manutenção do Projeto, (ii) a contraprestação pecuniária da Emissora e/ou das SPEs esteja dentro dos padrões de mercado e não afete a capacidade de pagamento da Emissora, e (iii) o escopo de serviços e a estrutura de garantias sejam adequadas a sua execução, conforme relatório assinado pelos engenheiros da Emissora responsáveis pelo Projeto (“Relatório dos Engenheiros”), exceto se o referido contrato for rejeitado por Debenturistas que representem mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada pelo Agente Fiduciário especificamente para este fim e realizada, em primeira ou em segunda convocação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de envio do Relatório dos Engenheiros pela Emissora ao Agente Fiduciário;
3. sem prejuízo do disposto na alínea (f) abaixo, concessão de preferência a outros créditos ou assunção de novas dívidas, pela Emissora ou por quaisquer das SPEs;
4. emissão de debêntures, partes beneficiárias ou qualquer outro valor mobiliário, pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs, ressalvados eventuais aumentos de capital da Emissora e/ou das SPEs integralizados exclusivamente pela Ipanema Participações e/ou pela Emissora, conforme aplicável;
5. celebração pela Emissora de contratos de mútuo ou adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”), exceto aqueles que, cumulativamente: (i) forem realizados: (i-a) pela Ipanema Participações na Emissora, ou (i-b) pela Emissora em qualquer das SPEs; (ii) forem irrevogáveis, irretratáveis e destituídos de remuneração; e (iii) sejam celebrados até o término da implantação do Projeto, destinados exclusivamente à implantação do Projeto, os quais deverão ser devolvidos ou capitalizados, conforme o caso, até 30 (trinta) dias após a última liberação de recursos pelo BNDES, nos termos do Contrato de Financiamento com o BNDES, ou a Data de Subscrição, o que ocorrer por último;
6. distribuição, pela Emissora, de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o dividendo obrigatório nos termos da Lei das Sociedades por Ações, exceto se: (i) tiver ocorrido o *Completion* e a Emissora estiver adimplente com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo a observância do ICSD Mínimo, conforme declaração neste sentido prestada pela Emissora e confirmada pelo Agente Fiduciário; ou (ii) aprovado expressa e previamente pelos Debenturistas, conforme deliberação tomada em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto na Cláusula IX desta Escritura de Emissão;
7. resgate, recompra ou amortização de ações de emissão da Emissora, redução do capital da Emissora, inclusive sob a forma de devolução de AFAC, exceto se, cumulativamente: (i) tiver ocorrido o *Completion;* (ii) a Emissora estiver adimplente com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo a observância do ICSD Mínimo, conforme declaração neste sentido prestada pela Emissora e confirmada pelo Agente Fiduciário; e (iii) for mantido, após a redução, recompra ou amortização pretendida, o Índice de Capitalização Própria, definido como a razão entre Capital Social (subscrito e integralizado) e o Ativo Total, igual ou superior a 20% (vinte por cento) do investimento total do Projeto (“ICP Mínimo”);
8. realização de quaisquer outros pagamentos aos seus acionistas, partes relacionadas ou sociedades integrantes de seu grupo econômico, para reembolso de despesas relacionadas à gestão do Projeto, em valor superior a R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por ano, com exceção daqueles previstos nas alíneas (f) e (g) acima;
9. sem prejuízo das alíneas (f), (g) e (h) acima, resgate, amortização ou bonificação de ações de emissão da Emissora, ou distribuição, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, ou ainda a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas quando a Emissora estiver inadimplente com qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, ressalvado o dividendo mínimo obrigatório disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
10. redução de capital social de quaisquer SPEs, inclusive sob a forma de devolução de AFAC, ressalvada a redução de capital realizada com o objetivo exclusivo de suprir a Emissora de recursos para liquidar obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão, desde que: (i) fiquem comprovados, de forma cumulativa, os seguintes requisitos: (i.a) manutenção, após a redução pretendida, do ICSD Mínimo e do ICP Mínimo consolidado; e (i.b) apresentação da anuência formal expressa pela ANEEL quanto à redução de capital pretendida, se requerido pela legislação aplicável; e (ii) fique comprovado que no capital social da SPEs (considerando as SPEs de forma consolidada) se tenham integralizado recursos excedentes ao valor global de R$ 236.259.000,00 (duzentos e trinta e seis milhões, duzentos e cinquenta e nove mil reais), hipótese na qual o montante que exceder o valor acima descrito poderá ser reduzido do respectivo capital social, desde que seja apresentada anuência da ANEEL, caso exigido pela legislação ou pela regulamentação setorial;
11. ressalvado o disposto na alínea (c) da Cláusula 6.1.1 e na alínea (s) desta Cláusula 6.1.2 abaixo, declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária assumida pela Emissora ou por quaisquer das SPEs junto a quaisquer terceiros, em montante individual ou agregado superior a R$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), entendendo-se como valor agregado, para os fins desta alínea, o valor considerado em conjunto pela Emissora e pelas SPEs, respeitados os respectivos prazos de cura previstos em tais documentos;
12. a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente mencionado na Cláusula 7.1, alínea (tt), abaixo, e registrado na CVM;
13. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, pelas SPEs e/ou pela Ipanema Participações, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, conforme aplicável;
14. constituição, pela Emissora ou pelas SPEs, conforme aplicável a qualquer tempo, ainda que sob condição suspensiva, de quaisquer garantias reais, ônus em favor de terceiros sobre quaisquer ativos, bens ou direitos (que não aqueles objeto das Garantias Reais, com relação aos quais aplica-se o disposto na alínea (h) acima) ou, ainda, garantias fidejussórias, em valor individual ou agregado superior a R$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), entendendo-se como valor agregado, para os fins desta alínea, o valor considerado em conjunto pela Emissora e pelas SPEs, salvo (i) mediante autorização prévia de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto na Cláusula IX desta Escritura de Emissão; (ii) conforme permitido por esta Escritura de Emissão, inclusive com relação à celebração dos Contratos de Garantia; (iii) para fins de constituição de outras garantias exigidas pelo BNDES no âmbito do Contrato de Financiamento com o BNDES, além das Garantias Reais, desde que sejam compartilhadas com os Debenturistas; e (iv) garantias comprovadamente requeridas pela ANEEL, CCEE ou ONS em função de obrigações regulatórias regulares das SPEs ou da Emissora relativas ao Projeto junto à tais entidades;

1. alteração do escopo e da finalidade do Projeto, exceto se requerido pelo BNDES, ANEEL, ONS e/ou pela legislação aplicável;
2. alteração do objeto social da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs exceto se requerido pelo BNDES, ANEEL, ONS e/ou pela legislação aplicável;
3. mudança ou alteração do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) direto ou indireto da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs, exceto se: (i) já tiver ocorrido o *Completion*; e (ii) o(s) acionista(s) novo(s) for(em) considerado(s) Acionista(s) Aceito(s). Para fins desta Escritura de Emissão, considera-se um “Acionista Aceito” aquele que não for rejeitado por Debenturistas que representem mais do que 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada pelo Agente Fiduciário especificamente para este fim e realizada, em primeira ou em segunda convocação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de envio da proposta de mudança ou alteração do controle acionário encaminhada pela Emissora ao Agente Fiduciário;
4. sem prejuízo do disposto na alínea (q) acima, cisão, fusão ou incorporação, incorporação de ações, da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs, bem como a criação de subsidiárias ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou quaisquer das SPEs, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos relevantes, exceto: (i) se previamente autorizado pelos Debenturistas que representem mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, conforme previsto na Cláusula IX desta Escritura de Emissão; (ii) em caso de operações de incorporação ou incorporação de ações em que a Emissora seja a incorporadora e a incorporada seja uma das SPEs, desde que a SPE em questão seja subsidiária integral da Emissora; ou (iii) se assegurado aos Debenturistas o direito previsto no parágrafo 1º do art. 231 da Lei das Sociedades por Ações;
5. ocorrência de qualquer hipótese de vencimento antecipado do Contrato de Financiamento com o BNDES que afete a capacidade de pagamento da Emissora e/ou das SPEs em relação às obrigações assumidas na Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e nos demais documentos da Emissão, ou ocorrência de descumprimento de obrigações pecuniárias previstas no Contrato de Financiamento com o BNDES, salvo se for devidamente regularizada no prazo de até 30 (trinta) dias contados de sua ocorrência;
6. não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, intervenção, suspensão ou extinção de autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, necessárias para a construção, desenvolvimento e manutenção do Projeto (observado o respectivo estágio de implantação do Projeto), desde que tal não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, intervenção, suspensão ou extinção possa causar um Efeito Adverso Relevante (conforme abaixo definido) nas atividades da Companhia e no Projeto (observado o respectivo estágio de implantação do Projeto);
7. alteração, não renovação, vencimento antecipado ou rescisão dos CCEARs;
8. existência de decisão condenatória cujos efeitos não tenham sido suspensos no prazo de até 15 (quinze) dias contados da publicação da decisão, ainda que não transitada em julgado, em razão da prática de atos, pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs e/ou pela Ipanema Participações ou por seus respectivos administradores, no exercício de suas funções, que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, ou descumprimento de normas relativas ao meio ambiente ou crimes contra o meio ambiente;
9. inscrição da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs no cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, regulado pela Portaria Interministerial nº 4, de 11 de maio de 2016, do Ministério do Trabalho e Previdência Social e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, ou outro cadastro oficial que venha a substituí-lo;
10. descumprimento pela Emissora ou por quaisquer das SPEs da Legislação Socioambiental (conforme abaixo definido);
11. exceto se de outra forma especificamente previsto de maneira expressa nesta Escritura de Emissão, descumprimento: (i) pela Emissora ou por quaisquer das SPEs, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada em até 30 (trinta) dias contados da notificação do Agente Fiduciário neste sentido ou em prazo de cura específico previsto nesta Escritura de Emissão (exceto pela obrigação prevista na alínea (dd) da Cláusula 7.1 abaixo, com relação à qual não haverá prazo de cura); ou (ii) pela Emissora, e/ou por quaisquer das SPEs e/ou pela Ipanema Participações e/ou pelo FIP Rio Energy, de quaisquer obrigações assumidas nos Contratos de Garantia e demais documentos da Emissão dos quais fazem parte, observados os prazos de cura referidos em tais instrumentos;
12. amortização, resgate ou conversão de ações de emissão das SPEs, exceto se: (i) a amortização, resgate ou conversão de ações for realizada com o objetivo exclusivo de suprir a Emissora de recursos para liquidar obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão; ou (ii) cumulativamente, (a) tiver ocorrido o *Completion;* (b) a Emissora estiver adimplente com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo a observância do ICSD Mínimo, conforme declaração neste sentido prestada pela Emissora e confirmada pelo Agente Fiduciário; e (c) for mantido, após a amortização, resgate ou conversão pretendida, o ICP Mínimo consolidado;
13. ressalvado o disposto na alínea (s) acima, descumprimento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela Emissora ou por quaisquer das SPEs junto a quaisquer terceiros, em montante individual ou agregado superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), até o *Completion*, ou R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), após o *Completion*, entendendo-se como valor agregado, para os fins desta alínea, o valor considerado em conjunto pela Emissora e pelas SPEs, respeitados os respectivos prazos de cura previstos em tais documentos;
14. protesto de títulos contra a Emissora ou quaisquer das SPEs, em montante individual ou agregado superior a R$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), entendendo-se como valor agregado, para os fins desta alínea, o valor considerado em conjunto pela Emissora e pelas SPEs, que não seja sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da intimação da Emissora, ou das SPEs, conforme o caso, acerca do protesto, nos termos da Lei n.º 9.492, de 10 de setembro de 1997, conforme alterada, salvo se tal protesto (i)  tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis da data da intimação, ou (ii) for suspenso ou cancelado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis da data da intimação;
15. se, após a respectiva formalização nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, quaisquer das Garantias tornarem-se ineficazes, inexequíveis ou inválidas ou ocorrer a degradação dos bens dados em garantia aos Debenturistas, conforme previsto nos Contratos de Garantia, bem como ocorrência de quaisquer eventos que afetem tais Garantias ou o cumprimento das disposições contidas nos Contratos de Garantia, desde que não sejam substituídas nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos respectivos Contratos de Garantia;
16. realização de outros investimentos pela Emissora e/ou pelas SPEs, conforme o caso, que não os relacionados ao Projeto, ressalvados os investimentos permitidos pelas Autorizações, ou aqueles vinculados com infraestrutura social da região;
17. inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Emissora ou de quaisquer das SPEs de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta Escritura de Emissão;
18. provar-se que eram falsas ou enganosas ou revelar-se que eram materialmente incorretas, na data em que foram prestadas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou por quaisquer das SPEs e/ou pela Ipanema Participações nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e nos demais documentos da Oferta, conforme aplicável;
19. abandono parcial e/ou paralisação na execução do Projeto que possa causar um Efeito Adverso Relevante, ou abandono total do Projeto ou de qualquer ativo que seja essencial à implantação ou operação do Projeto;
20. medida de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs;
21. proferimento, contra a Emissora e/ou contra quaisquer das SPEs e/ou contra a Ipanema Participações, de qualquer decisão judicial, administrativa ou arbitral, de natureza condenatória que impeça ou possa vir a impedir a continuidade do Projeto e/ou o *Completion*, cujos efeitos não tenham sido suspensos ou revertidos no prazo legal;
22. existência de decisão judicial, administrativa ou arbitral, de natureza condenatória, contra a Emissora e/ou contra quaisquer das SPEs: (i) cujo valor individual ou agregado seja superior a R$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), entendendo-se como valor agregado, para os fins desta alínea, o valor considerado em conjunto pela Emissora e pelas SPEs, exceto se seus efeitos forem suspensos ou revertidos no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da publicação da decisão, e desde que os valores discutidos no processo tenham sido devidamente provisionados nas demonstrações financeiras da Emissora e/ou das SPEs, conforme o caso, de acordo com as normas contábeis em vigor; ou (ii) que, independentemente do valor, impeça a continuidade e/ou a conclusão do Projeto;
23. não atingimento, durante o prazo de vigência das Debêntures, do índice de cobertura do serviço da dívida mínimo, que deverá ser apurado anualmente, a ser calculado a partir do 12º (décimo segundo) mês contado do 1º (primeiro) pagamento do serviço da dívida do Contrato de Financiamento com o BNDES, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas anuais da Emissora referentes ao exercício social anterior, conforme metodologia de cálculo constante do Anexo V à presente Escritura de Emissão (“ICSD” e “ICSD Mínimo”, respectivamente) de: (i) 1,20 (um inteiro e vinte centésimos); ou (ii) 1,05, caso a Emissora complemente o ICSD por meio do depósito, em conta vinculada de titularidade da Emissora e não movimentável pela Emissora (“Conta de Complementação do ICSD”), do valor necessário para que se atinja o ICSD Mínimo, considerando os valores depositados na Conta de Complementação do ICSD antes da apuração do ICSD; e
24. caso a classificação de risco (*rating*) da Emissão, em escala nacional, sofra decréscimo de 2 (dois) ou mais *notches*, em relação à classificação de risco das Debêntures na Data de Emissão.

6.1.3. Os valores previstos nas alíneas (k), (n), (aa), (bb) e (jj) da Cláusula 6.1.2 acima deverão ser corrigidos monetariamente pela variação acumulada do IPCA, em periodicidade anual, a partir da Data de Subscrição.

6.2. A ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento deverá ser prontamente comunicada ao Agente Fiduciário, pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs nos termos desta Escritura de Emissão, em até 1 (um)Dia Útil da sua ocorrência. O descumprimento de tal dever pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.3. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento Automáticos acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, notificar à Emissora informando a ciência de tal acontecimento, nos termos da Cláusula 6.6 abaixo.

6.4. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento não Automáticos, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco)Dias Úteis contados da data em que tomar ciência do evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.5. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.4 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula IX desta Escritura de Emissão, exceto se de outra forma especificado nesta Escritura, a eventual declaração do vencimento antecipado dependerá da aprovação de Debenturistas que representem mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação.

6.5.1. Na hipótese: (i) de não instalação em 2ª (segunda) convocação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.5 acima por falta de quórum; (ii) de não ser aprovada a declaração de vencimento antecipado na forma da Cláusula 6.5 acima; ou (iii) em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente notificação com aviso de recebimento à Emissora (“Notificação de Vencimento Antecipado”), com cópia para o Banco Liquidante, o Escriturador, a CETIP, a BM&FBOVESPA e, em função do Contrato de Financiamento com o BNDES e do Contrato de Compartilhamento de Garantias, para o BNDES, informando tal evento, para que a Emissora, na data em que o evento de pagamento for criado pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA, conforme o caso, efetue o resgate da totalidade das Debêntures e efetue pagamento do valor correspondente ao Valor Nominal Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, acrescido ainda de Encargos Moratórios, se for o caso, nos termos desta Escritura de Emissão, sendo certo que tal pagamento será devido pela Emissora desde a data da declaração do vencimento antecipado, podendo os Debenturistas adotar todas as medidas necessárias para a satisfação do seu crédito, independentemente de qualquer prazo operacional necessário para o resgate das Debêntures.

6.7. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, nos termos desta Cláusula VI, o Agente Fiduciário deverá comunicar também a CETIP e a BM&FBOVESPA, informando o vencimento antecipado das Debêntures.

6.8. Não configurará Evento de Inadimplemento nem dará ensejo à necessidade de anuência prévia, seja pelo Agente Fiduciário, seja pela Assembleia Geral de Debenturistas, qualquer alteração no fluxo de pagamentos das SPEs ao BNDES em decorrência de eventual reescalonamento, incluindo, mas não se limitando a, prorrogação de carência e/ou de pagamento de principal da dívida assumida pelas SPEs perante o BNDES, nos termos do Contrato de Financiamento com o BNDES, desde que: (i) tal reescalonamento não importe antecipação de pagamentos devidos ao BNDES; (ii) permaneçam inalterados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, incluídos os pagamentos de amortização e remuneração das Debêntures; (iii) não afete a validade ou exequibilidade dos documentos relacionados às Debêntures, inclusive os Contratos de Garantia; e (iv) não afete a capacidade da Emissora e/ou das SPEs em cumprir suas obrigações financeiras ou de implantação do Projeto aqui previstas.

6.8.1. O Debenturista ao subscrever as Debêntures declarará expressamente estar de acordo com o previsto na Cláusula 6.8 acima.

# CLÁUSULA VII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA, DAS SPES E DOS INTERVENIENTES ANUENTES

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o Valor Nominal Atualizado das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios devidos no referido Período de Capitalização e de eventuais Encargos Moratórios, não for integralmente pago, a Emissora obriga-se a:

1. fornecer ao Agente Fiduciário:
2. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 5 (cinco) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes com registro válido na CVM; (b) relatório específico de apuração do ICSD, elaborado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, acompanhado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do ICSD, podendo o Agente Fiduciário se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o cálculo do ICSD e solicitar à Emissora ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (c) declaração, assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (c.1) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (c.2) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; (c.3) o cumprimento da obrigação de manutenção do registro de companhia aberta da Emissora; (c.4) que os bens e ativos da Emissora foram mantidos devidamente segurados; e (c.5) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;
3. dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, cópia das informações financeiras trimestrais completas e revisadas da Emissora relativas ao respectivo trimestre encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes;

1. em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da solicitação, qualquer informação que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário;
2. dentro de até 3 (três) Dias Úteis após a sua publicação, notificação da convocação de qualquer assembleia geral, com a data de sua realização e a ordem do dia e, tão logo disponíveis, cópias de todas as atas das assembleias gerais, reuniões de conselho de administração, diretoria e conselho fiscal que forem objeto de publicação; e
3. no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na alínea (n) da Cláusula 8.4.1 abaixo, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no inciso (m) da Cláusula 8.4.1 abaixo.
4. informar ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e/ou das SPEs, bem como quaisquer eventos ou situações, inclusive ações judiciais ou procedimentos administrativos, que: (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Emissora e/ou pelas SPEs, de suas respectivas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; (ii) possam vir a comprometer o Projeto; ou (iii) façam com que as demonstrações financeiras ou informações financeiras trimestrais da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
5. informar e/ou fazer com que as SPEs informem ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental, trabalhista relativa a saúde e segurança ocupacional, regulatório, ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora e/ou às SPEs, impondo sanções ou penalidades;
6. informar e/ou fazer com que as SPEs informem ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da ciência, sobre: (i) a materialização de dano ambiental no âmbito do Projeto; e (ii) a instauração, existência e/ou decisão proferida em procedimento investigativo e/ou em processo administrativo ou judicial de natureza socioambiental no âmbito do Projeto;

1. dentro do prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação: (i) informar e/ou fazer com que as SPEs informem ao Agente Fiduciário sobre a materialização (ou expectativa de materialização) de impactos socioambientais do Projeto e as formas de prevenção e contenção desses impactos; e (ii) disponibilizar cópia de estudos, laudos, relatórios, autorizações, licenças, alvarás, outorgas e suas renovações, suspensões, cancelamentos ou revogações relacionadas ao Projeto;
2. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada;
3. efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro da Oferta na CVM e na ANBIMA e das Debêntures para negociação e custódia eletrônica na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA;
4. contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo: (i) Banco Liquidante e Escriturador; (ii) Agente Fiduciário; (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA; e (iv) agência de classificação de risco (*rating*) para as Debêntures;

1. manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários;

1. cumprir e fazer com que as SPEs cumpram a legislação e regulamentação ambiental e trabalhista, especialmente relativa à saúde e segurança operacional, e a legislação e regulamentação referente a não utilização de mão de obra infantil e/ou em condições análogas a de escravo (“Legislação Socioambiental”), exceto em relação àquelas matérias que estejam sendo discutidas judicial ou administrativamente pela Emissora e/ou pelas SPEs, desde que tal discussão gere efeito suspensivo com relação à exigibilidade da aplicação de referida norma;
2. manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão;

1. obter a classificação de risco preliminar (*rating*) das Debêntures pela Moody’s, Standard & Poor's ou Fitch Ratings e fazer com que o Agente Fiduciário receba a respectiva súmula preliminar de *rating* com, pelo menos, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência à divulgação do Aviso ao Mercado, e obter a classificação de risco definitiva (*rating*) das Debêntures e fazer com que o Agente Fiduciário receba a respectiva súmula de *rating* em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da Data de Subscrição, devendo, ainda: (i) fazer com que pelo menos uma agência de classificação de risco atualize o relatório de classificação de risco anualmente, a partir da data de emissão do último relatório, até a Data de Vencimento, , (ii) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco, (iii) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (iv) comunicar ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis, qualquer decisão relativa à alteração ou manutenção da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá, a seu exclusivo critério, (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Moody’s, a Standard & Poor's ou a Fitch Ratings ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco;
2. manter as Debêntures com o mesmo grau de senioridade (*pari passu*) do Contrato de Financiamento com o BNDES, com relação aos pagamentos;
3. permitir e fazer com que as SPEs permitam a inspeção das obras do Projeto por parte de representante do Agente Fiduciário e/ou dos Debenturistas, inclusive por terceiros contratados especificamente para este fim, com a aprovação prévia dos Debenturistas, observados os procedimentos e os prazos a serem definidos de comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário;
4. manter seus sistemas de contabilidade, de controle e de informações gerenciais, bem como seus livros contábeis e demais registros em conformidade com os princípios contábeis normalmente aceitos no Brasil e de maneira que reflitam, fiel e adequadamente, sua situação financeira e os resultados de suas respectivas operações;
5. cumprir todas as determinações da CVM, da CETIP e da BM&FBOVESPA, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
6. arcar com todos os custos decorrentes, conforme aplicável, (i) da realização da Oferta e da distribuição das Debêntures, além de outros custos eventuais diretamente relacionados à Oferta, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, na ANBIMA, na CETIP e na BM&FBOVESPA, (ii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e a AGE da Emissão, (iii) de registro dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias, bem como de seus respectivos aditamentos, (iv) de contratação e registro das Fianças Bancárias, bem como de seus aditamentos, e (v) das despesas e remuneração com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador e agência de classificação de risco (*rating*) para as Debêntures;
7. efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
8. manter-se adimplente com relação a todos os tributos ou contribuições devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, bem como com relação às contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), exceto com relação àqueles tributos que estejam sendo contestados de boa fé pela Emissora, nas esferas administrativa ou judicial;
9. manter o Projeto enquadrado nos termos da Lei 12.431 durante a vigência das Debêntures e comunicar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, sobre o recebimento de quaisquer comunicações por escrito, exigências ou intimações acerca da instauração de qualquer processo administrativo ou judicial que possa resultar no desenquadramento do Projeto como prioritário, nos termos da Lei 12.431 bem como enviar ao Agente Fiduciário declaração firmada por representante legal da Emissora comprovando a utilização dos recursos de acordo com os termos da Lei 12.431 ou qualquer outro documento que possa ser solicitado pelo Agente Fiduciário para fins de acompanhamento da utilização dos recursos no Projeto;
10. obter, manter e conservar válidas e em vigor (e, nos casos em que apropriado, renovar de modo tempestivo) todas as autorizações, aprovações, licenças, permissões, alvarás e suas renovações, necessárias ao desenvolvimento do Projeto e ao desempenho das atividades da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs;
11. enviar ao Agente Fiduciário os respectivos registros e averbações desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e das Fianças Bancárias de acordo com os prazos e procedimentos definidos nesta Escritura de Emissão e nos respectivos instrumentos;
12. praticar todos os demais atos, firmar todos os documentos e realizar todos os registros adicionais requeridos pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, com o propósito de assegurar e manter a plena validade, eficácia e exequibilidade das Garantias previstas nesta Escritura de Emissão e das Debêntures;
13. preencher e manter, ou fazer com que sejam preenchidos e mantidos, os saldos mínimos das contas previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs e no Contrato de Cessão Fiduciária de Créditos Bancários;
14. convocar, nos termos da Cláusula IX desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça, bem como enviar cópia da respectiva convocação para a ANBIMA e comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas sempre que for solicitada;

1. observar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
2. manter e conservar em bom estado todos os bens da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs, incluindo, mas não se limitando a, todas as suas propriedades móveis e imóveis, necessários à consecução do Projeto e seus objetivos sociais;
3. na hipótese da legalidade ou exequibilidade de qualquer das disposições relevantes desta Escritura de Emissão, das Fianças, dos Contratos de Garantia e dos demais instrumentos celebrados no âmbito desta Emissão ser questionada judicialmente por qualquer pessoa, deverá informar tal acontecimento ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ocorrência, sem prejuízo da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento;
4. caso a Emissora e/ou quaisquer das SPEs sejam citadas no âmbito de uma ação que tenha como objetivo a declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e/ou das Fianças Bancárias, a Emissora obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para contestar tal ação no prazo legal;
5. manter vigentes as apólices de seguros que venham a ser contratadas pela Emissora e/ou por qualquer das SPEs no âmbito do Projeto (“Apólices de Seguro”), de forma compatível com os padrões exigidos pelas Autorizações para a cobertura do Projeto, inclusive as Apólices de Seguros relativas a seguro patrimonial a serem contratadas durante a fase operacional do Projeto, sendo certo que as Apólices de Seguros relativas a responsabilidade civil e risco de engenharia deverão manter cobertura substancialmente equivalente à atualmente contratada até o final da fase pré-operacional do Projeto;
6. manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
7. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor;
8. notificar o Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ocorrência sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs, gerando um Efeito Adverso Relevante;
9. manter-se em situação regular com relação às suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, à CCEE, à ANEEL, ao MME e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), durante a vigência desta Escritura de Emissão;
10. manter em vigor a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para viabilizar a operação e funcionamento de suas atividades e das SPEs ou que sejam relevantes de forma que sua invalidade possa afetar a implantação e desenvolvimento do Projeto;
11. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade da Emissão e tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
12. observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, e por suas controladas, coligadas e seus administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados, subcontratados ou terceiros agindo em seu nome toda e qualquer lei que trata de corrupção, crimes contra a ordem econômica ou tributária, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos da Lei nº 6.385, e das leis nº 7.492, de 16 de junho de 1986, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), nº 9.613, de 3 de março de 1998, nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, devendo (i) adotar políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das leis acima, nos termos do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta; e (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira;
13. notificar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tomar ciência, de que a Emissora ou qualquer de suas controladas, coligadas ou, ainda, qualquer dos respectivos administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados encontram-se envolvidos em investigação, inquérito, ação, procedimento judicial ou administrativo relativos à prática de atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos da Leis 6.385, e das leis nº 7.492, de 16 de junho de 1986, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), nº 9.613, de 3 de março de 1998, nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, devendo: (i) fornecer cópia de eventuais decisões proferidas nos citados procedimentos, bem como informações detalhadas sobre as medidas adotadas em resposta a tais procedimentos, em que a Emissora ou qualquer de suas controladas, coligadas ou os respectivos administradores, empregados, agentes ou representantes estejam envolvidos; e (ii) apresentar ao Agente Fiduciário assim que disponível, cópia de quaisquer acordos judiciais ou extrajudiciais, termos de ajustamento de conduta, acordos de leniência ou afins eventualmente celebrados, em que a Emissora ou qualquer de suas controladas, coligadas ou os respectivos administradores, empregados, agentes ou representantes estejam envolvidos;
14. adotar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, as medidas e ações necessárias destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pela execução e/ou operação do Projeto;
15. cumprir com a destinação dos recursos prevista nesta Escritura de Emissão;
16. realizar aportes de capital nas SPEs, de forma a cobrir eventual insuficiência de capital necessário à implantação do Projeto;
17. oferecer em garantia aos Debenturistas, quaisquer ativos e/ou recebíveis supervenientes do Projeto;
18. incluir e fazer com que as SPEs incluam, conforme o caso, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, como beneficiário nas Apólices de Seguro, o qual deverá fazer jus às indenizações eventualmente devidas em decorrência das referidas apólices, observado o regime de compartilhamento previsto na Cláusula 3.7.1 acima, e observados os termos do Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos, conforme aplicável;
19. ressarcir os Debenturistas, independentemente de culpa, de qualquer quantia que estes sejam compelidos a pagar em razão de dano ambiental decorrente do Projeto, bem como a indenizar os Debenturistas por qualquer perda ou dano diretos que estes venham a sofrer em decorrência do referido dano ambiental;
20. cuidar para que as operações que venha a praticar nos ambientes de negociação operacionalizados pela CETIP e pela BM&FBOVESPA sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário;
21. contratar e manter contratada, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, uma das seguintes sociedades de auditores independentes (ou seus respectivos sucessores legais) para realizar a auditoria de suas demonstrações financeiras: (i) Ernst & Young Auditores Independentes S/S; (ii) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; (iii) Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes; ou (iv) KPMG Auditores Independentes;
22. informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da respectiva ocorrência, sobre quaisquer alterações nos requisitos para conclusão do Projeto estabelecidos no Contrato de Financiamento com o BNDES;
23. observados os termos previstos na Cláusula 6.8 acima, não realizar qualquer alteração no Contrato de Financiamento com o BNDES que possa: (i) causar alterações nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, incluídos os pagamentos de amortização e remuneração das Debêntures; (ii) causar a antecipação do fluxo de pagamentos ao BNDES, nos termos do Contrato de Financiamento com o BNDES; (iii) afetar a validade ou exequibilidade dos documentos relacionados às Debêntures, inclusive os Contratos de Garantia; ou (iv) afetar a capacidade da Emissora e/ou das SPEs de cumprir suas obrigações financeiras ou de implantação do Projeto aqui previstas;
24. constituir o Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, como seu bastante procurador, por meio de procurações outorgadas nos termos e prazos previstos nos Contratos de Garantia que permitam ao Agente Fiduciário constituir, aperfeiçoar e excutir as Garantias Reais bem como praticar todos os atos necessários ao exercício dos direitos previstos nos referidos contratos;
25. comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitada;
26. consolidar a Escritura de Emissão sempre que ocorrer um aditamento e enviar cópia da Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos para a ANBIMA em até 20 (vinte) dias contados de sua assinatura;
27. após a obtenção do seu registro de companhia aberta perante a CVM, manter atualizado o referido registro;
28. fazer com que os Prospectos e o Formulário de Referência (a) contenham, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Emissora, de suas atividades e situação econômico-financeira, da Oferta, das Debêntures, dos riscos inerentes às atividades da Emissora e quaisquer outras informações relevantes; e (b) sejam elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400, a Instrução da CVM 480 e o Código ANBIMA;
29. fazer com que as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta pela CVM e constantes dos Prospectos e do Formulário de Referência sejam verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito do investimento nas Debêntures;
30. fazer com que as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos e no Formulário de Referência sejam dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias no contexto da Emissão e da Oferta e com base em suposições razoáveis;
31. manter válidas e regulares as declarações e garantias prestadas nesta Escritura de Emissão;
32. sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.2 acima, informar ao Agente Fiduciário, em 1 (um) Dia Útil após o seu conhecimento qualquer fato que ocasione ou possa ocasionar um Evento de Inadimplemento;
33. manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço; e
34. manter as Debêntures registradas na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, conforme o caso.

7.2. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, as SPEs se obrigam a:

1. fornecer ao Agente Fiduciário:
2. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 5 (cinco) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras consolidadas, completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do parecer dos auditores independentes com registro válido na CVM; e
3. em até 7 (sete) Dias Úteis contados do recebimento da solicitação, qualquer informação que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário.
4. manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários;
5. cumprir a Legislação Socioambiental;
6. manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão;
7. manter seus sistemas de contabilidade, de controle e de informações gerenciais, bem como seus livros contábeis e demais registros em conformidade com os princípios contábeis normalmente aceitos no Brasil e de maneira que reflitam, fiel e adequadamente, sua situação financeira e os resultados de suas respectivas operações;
8. manter-se adimplente com relação a todos os tributos ou contribuições devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, bem como com relação às contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), exceto com relação àqueles tributos que estejam sendo contestados de boa fé, nas esferas administrativa ou judicial;
9. praticar todos os demais atos, firmar todos os documentos e realizar todos os registros adicionais requeridos pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, com o propósito de assegurar e manter a plena validade, eficácia e exequibilidade das Garantias previstas nesta Escritura de Emissão e das Debêntures;
10. preencher e manter, ou fazer com que sejam preenchidos e mantidos, os saldos mínimos das contas previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;
11. observar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
12. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor;
13. manter-se em situação regular com relação às suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, à CCEE, à ANEEL, ao MME e ao ONS, durante a vigência desta Escritura de Emissão;
14. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade da Emissão e tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
15. observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, e por suas controladas, coligadas e seus administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados, subcontratados ou terceiros agindo em seu nome toda e qualquer lei que trata de corrupção, crimes contra a ordem econômica ou tributária, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos da Lei nº 6.385, e das leis nº 7.492, de 16 de junho de 1986, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), nº 9.613, de 3 de março de 1998, nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, devendo (i) adotar políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das leis acima, nos termos do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta; e (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira;
16. adotar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, as medidas e ações necessárias destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pela execução e/ou operação do Projeto;
17. oferecer em garantia aos Debenturistas, quaisquer ativos e/ou recebíveis supervenientes do Projeto;
18. observados os termos previstos na Cláusula 6.8 acima, não realizar qualquer alteração no Contrato de Financiamento com o BNDES que possa: (i) causar alterações nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, incluídos os pagamentos de amortização e remuneração das Debêntures; (ii) causar a antecipação do fluxo de pagamentos ao BNDES, nos termos do Contrato de Financiamento com o BNDES; (iii) afetar a validade ou exequibilidade dos documentos relacionados às Debêntures, inclusive os Contratos de Garantia; ou (iv) afetar a capacidade da Emissora e/ou das SPEs de cumprir suas obrigações financeiras ou de implantação do Projeto aqui previstas; e
19. constituir o Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, como seu bastante procurador, por meio de procurações outorgadas nos termos e prazos previstos nos Contratos de Garantia que permitam ao Agente Fiduciário constituir, aperfeiçoar e excutir as Garantias Reais bem como praticar todos os atos necessários ao exercício dos direitos previstos nos referidos contratos.

7.3. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, as Intervenientes Anuentes se obrigam a:

1. fornecer ao Agente Fiduciário, em até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da solicitação, qualquer informação que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário;
2. manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários;
3. cumprir a Legislação Socioambiental;
4. manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão;
5. manter seus sistemas de contabilidade, de controle e de informações gerenciais, bem como seus livros contábeis e demais registros em conformidade com os princípios contábeis normalmente aceitos no Brasil e de maneira que reflitam, fiel e adequadamente, sua situação financeira e os resultados de suas respectivas operações;
6. manter-se adimplente com relação a todos os tributos ou contribuições devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, bem como com relação às contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), exceto com relação àqueles tributos que estejam sendo contestados de boa fé, nas esferas administrativa ou judicial;
7. praticar todos os demais atos, firmar todos os documentos e realizar todos os registros adicionais requeridos pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, com o propósito de assegurar e manter a plena validade, eficácia e exequibilidade das Garantias previstas nesta Escritura de Emissão e das Debêntures;
8. observar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
9. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor;
10. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade da Emissão e tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
11. observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, e por suas controladas, coligadas e seus administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados, subcontratados ou terceiros agindo em seu nome toda e qualquer lei que trata de corrupção, crimes contra a ordem econômica ou tributária, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos da Lei nº 6.385, e das leis nº 7.492, de 16 de junho de 1986, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), nº 9.613, de 3 de março de 1998, nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, devendo (i) adotar políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das leis acima, nos termos do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta; e (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira; e
12. constituir o Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, como seu bastante procurador, por meio de procurações outorgadas nos termos e prazos previstos nos Contratos de Garantia que permitam ao Agente Fiduciário constituir, aperfeiçoar e excutir as Garantias Reais bem como praticar todos os atos necessários ao exercício dos direitos previstos nos referidos contratos.

7.4. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Ipanema Participações se obriga a realizar apenas investimentos no Projeto.

# CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO

**8.1. Nomeação**

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão.

**8.2. Declarações**

8.2.1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

(a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”), para exercer a função que lhe é conferida;

(b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

(c) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;

(d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

(e) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;

(f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;

(g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;

(h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

(i) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;

(j) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(k) a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Distribuição e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos, bem como a constituição das Fianças, e a contratação das Fianças Bancárias não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(l) que, na presente data, não atua como agente fiduciário em outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora, ou por sociedade coligada, controlada, controladora e/ou integrante do mesmo grupo da Emissora;

(m) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1° do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo aos Debenturistas; e

(n) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, por meio das informações e documentos fornecidos pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não efetuou qualquer tipo de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações da Emissora ora prestadas.

8.2.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme Cláusula 8.3 abaixo.

8.2.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas nos termos desta Escritura de Emissão e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas e/ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.2.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o mesmo assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.2.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas.

**8.3. Substituição**

8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuá-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

8.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário está sujeita (a) à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º da Instrução CVM 28; e (b) a eventuais normas posteriores.

8.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCEC observados os prazos e procedimentos previstos na Cláusula 2.4.1 acima.

8.3.5. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.3.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito emanados da CVM.

**8.4. Obrigações**

8.4.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem obrigações do Agente Fiduciário:

(a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

(b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração de seus próprios bens;

(c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

(e) verificar a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(f) promover, nos competentes órgãos, a inscrição desta Escritura de Emissão e as respectivas averbações de seus aditamentos, sanando eventuais lacunas e irregularidades, caso a Emissora não o faça, sem prejuízo de descumprimento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora e às expensas desta;

(g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

(i) solicitar, quando considerar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;

(j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;

(k) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9.2.1 abaixo;

(l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

m.1) eventual omissão, incorreção ou inverdade de que tenha conhecimento, nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

m.2) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;

m.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

m.5) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

m.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;

m.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

m.9) pagamentos de Juros Remuneratórios e amortização do Valor Nominal Unitário realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

m.10) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração; e

m.11) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i) denominação da companhia ofertante; (ii) valor da emissão; (iii) quantidade de debêntures emitidas; (iv) espécie; (v) prazo de vencimento das debêntures; (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

(n) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (m) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

n.1) na sede da Emissora;

n.2) na sede do Agente Fiduciário;

n.3) na CVM;

n.4.) na CETIP;

n.5) na BM&FBOVESPA; e

n.6.) no endereço das instituições financeiras que atuaram como Coordenadores na colocação das Debêntures.

(o) comunicar aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.9.1 acima, que o relatório mencionado na alínea (m) se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (n);

(p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador, à CETIP e à BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas (estes a partir da data de subscrição, integralização ou aquisição das Debêntures) autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador, a CETIP e a BM&FBOVESPA a atenderem às solicitações do Agente Fiduciário que sejam necessárias ao cumprimento desta alínea, inclusive com relação à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

(q) fiscalizar o cumprimento do previsto nesta Escritura de Emissão, inclusive das obrigações de fazer e não fazer, através de documentos e informações fornecidas pela Emissora, informando prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;

(r) acompanhar a ocorrência dos Eventos de Inadimplemento e agir conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão;

(s) acompanhar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão; e

(t) acompanhar e validar o Valor Nominal Unitário calculado pela Emissora, disponibilizando-o aos titulares das Debêntures e à própria Emissora através de seu website.

**8.5. Atribuições Específicas**

8.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso da ocorrência de Evento de Inadimplemento, não sanado nos prazos previstos na Cláusula VI acima, conforme aplicáveis:

(a) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

(b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas, inclusive promovendo a execução das Garantias, aplicando o respectivo produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;

(c) requerer a falência da Emissora; e

(d) representar os Debenturistas em processo de falência, em qualquer procedimento de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2. Observado o disposto na Cláusula VI acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 8.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação de mais de 50% (cinquenta por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 8.5.1 acima.

**8.6. Remuneração do Agente Fiduciário**

8.6.1. Será devido, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a título de implantação será devida parcela única de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) devida cinco dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão. Adicionalmente, serão devidas parcelas anuais de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. As parcelas anuais serão devidas até a liquidação integral das debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

8.6.2. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures, reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da Emissão, bem como atendimento a solicitações extraordinárias, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos, bem como a:

* + - 1. comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a Oferta não venha a se efetivar;
      2. execução das Garantias;
      3. participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e
      4. implementação das decisões tomadas nas reuniões previstas na alínea “c” acima.
      5. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 8.6.2 acima deverá ser paga em até 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de “relatório de horas” à Emissora.
      6. Para fins do disposto na Cláusula 8.6.2 acima, entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alterações das Garantias, dos prazos de pagamento e das condições relacionadas ao vencimento antecipado das Debêntures. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

8.6.3. No caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

8.6.4. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos das Cláusulas acima será atualizada anualmente com base na variação do Índice Geral de Preços – Mercado (“IGPM”), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou do índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata die*, se necessário.

8.6.5. Em caso de mora no pagamento da remuneração devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (iii) atualização monetária pelo IGPM, calculada *pro rata die* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

8.6.6. Os impostos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidos às parcelas devidas ao Agente Fiduciário nas datas de cada pagamento.

8.6.7. A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplementos não sanados pela Emissora.

8.6.8. Os serviços do Agente Fiduciário previstos nesta Escritura de Emissão são aqueles descritos na Instrução CVM 28 e na Lei das Sociedades por Ações.

8.6.9. A remuneração do Agente Fiduciário prevista nas Cláusulas acima não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas Garantias e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais (incluindo honorários advocatícios), bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário em decorrência do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação deverão ser suportadas pela Emissora e poderão ser adiantadas pelos Debenturistas, na forma prevista na cláusula 8.6.10 abaixo.

8.6.10. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas pelos Debenturistas. Essas despesas deverão ser sempre incorridas pela Emissora, sendo que, havendo necessidade de desembolso das mesmas pelo Agente Fiduciário antes da efetiva transferência dos recursos pela Emissora, os Debenturistas poderão adiantar os recursos necessários e serão posteriormente reembolsados pela Emissora, sem prejuízo de o Agente Fiduciário ter que observar todos os termos e condições previstos na Instrução CVM 28, inclusive o disposto em seus artigos 12 a 14. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, despesas com especialistas, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução de inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas.

8.6.11. No caso de eventuais obrigações adicionais atribuídas ao Agente Fiduciário, ou no caso de alteração nas características da Emissão ficará facultada a revisão dos honorários do Agente Fiduciário.

**8.7. Despesas**

8.7.1. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso com prévia aprovação, sempre que possível , quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações e envio de documentos, viagens, transportes, alimentação e estadias, despesas com *conference call* e contatos telefônicos, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Debenturista.

8.7.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem também os gastos comprovados com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência dos Debenturistas em ações judiciais serão suportadas pelos Debenturistas, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da referida sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário. Também será suportada pelos Debenturistas a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias.

8.7.3. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas aprovadas previamente e/ou reembolsadas pela Emissora caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

8.7.4. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 8.7.1 acima será efetuado em até 15 (quinze) dias corridos contados da entrega à Emissora de cópias dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas, conforme expressamente disposto nas Cláusulas acima.

# CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

9.1.1. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

**9.2. Convocação e Instalação**

9.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

9.2.2. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.2.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data da publicação do novo edital de convocação.

9.2.4. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, observado o disposto na Cláusula 9.4 abaixo.

9.2.5. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

**9.3. Mesa Diretora**

9.3.1. A presidência e a secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão a representantes eleitos pelos Debenturistas ou àqueles que forem designados pela CVM.

**9.4. Quórum de Deliberação**

9.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, titulares de Debentures ou não.

9.4.1.1 Para efeito da constituição dos quóruns de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se, “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; (c) sociedades sobre controle comum; e (d) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, incluindo seus cônjuges, companheiros ou parentes até o 2º (segundo) grau.

9.4.2. Sem prejuízo dos quóruns específicos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e na legislação aplicável, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas dependerão da aprovação de Debenturistas titulares de, no mínimo, mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, nas Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 1ª (primeira) convocação, ou mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação presentes às Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 2ª (segunda) convocação, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura de Emissão.

9.4.3. As hipóteses de alteração desta Escritura de Emissão para: (i) modificação dos Juros Remuneratórios das Debêntures, (ii) modificação das Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios; (iii) modificação da Data de Vencimento das Debêntures; (iv) modificação dos valores, montantes e Datas de Amortização das Debêntures; (v) alteração dos termos e condições da Cláusula V desta Escritura de Emissão; (vi) modificação dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (vii) modificação dos Eventos de Inadimplemento; e/ ou (viii) modificação das Garantias, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4.4. Sem prejuízo do disposto na Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2, caso a Emissora, por qualquer motivo, solicite aos Debenturistas, antes da sua ocorrência, a concessão de renúncia prévia (*waiver*) aos Eventos de Inadimplemento descritos nas Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2, tal solicitação poderá ser aprovada por Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, que representem mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, seja em 1ª (primeira) ou em 2ª (segunda) convocação.

9.4.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo certo que os Debenturistas poderão discutir e deliberar sem a presença destes, caso desejarem.

9.4.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.4.7. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

# CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA, DAS SPES E DA IPANEMA PARTICIPAÇÕES

10.1. A Emissora, as SPEs e a Ipanema Participações declaram e garantem, individualmente, nesta data, que:

1. é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
2. está devidamente autorizada a celebrar, conforme o caso, esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia e o Contrato de Distribuição e a cumprir todas as obrigações nestes previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
3. os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
4. a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Distribuição, conforme o caso, e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos, bem como a constituição das Fianças, e a contratação das Fianças Bancárias não infringem, nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou de cada uma das SPEs, exceto por aqueles ônus já existentes nesta data e os ônus decorrentes dos Contratos de Garantia; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
5. as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas, vinculantes e eficazes, conforme o caso, da Emissora e das SPEs, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil;
6. a Emissora e/ou as SPEs, conforme o caso, têm todos os alvarás, autorizações e licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais necessários para a construção, desenvolvimento e manutenção do Projeto (observado o respectivo estágio de implantação do Projeto), sendo que até a presente data a Emissora ou as SPEs não foram notificadas acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas ou não afetam o andamento do Projeto ou a sua operação e não possam causar um Efeito Adverso Relevante;
7. as ações a serem empenhadas, os direitos creditórios e direitos emergentes a serem cedidos fiduciariamente e/ou empenhados, conforme o caso, e as máquinas e equipamentos a serem empenhados nos termos da Cláusula 3.5.1 desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia existem, são de sua titularidade ou de titularidade das SPEs, da Ipanema Participações ou do FIP Rio Energy, e estão livres e desembaraçados de qualquer ônus, com exceção dos ônus constituídos em favor dos fiadores do Contrato de Financiamento com o BNDES e das instituições financeiras emissoras das cartas de fiança representativas das Fianças Bancárias, ônus estes que deverão estar devidamente desconstituídos para fins de formalização e registro das Garantias Reais, conforme aplicável, e exceto pelas próprias Garantias Reais a serem constituídas conforme previsão desta Escritura de Emissão e do Contrato de Financiamento do BNDES;
8. não omitiu nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar na ocorrência de quaisquer eventos ou situações que afetem, de modo adverso e relevante (a) o Projeto, os negócios, as operações, as propriedades ou os resultados da Emissora e das SPEs, (b) a validade ou exequibilidade dos documentos relacionados às Debêntures, inclusive os Contratos de Garantia; ou (c) a capacidade da Emissora e/ou das SPEs, conforme aplicável, em cumprir pontualmente suas obrigações financeiras assumidas por meio da Emissão ou necessárias para a implantação do Projeto (“Efeito Adverso Relevante”);
9. as demonstrações financeiras da Emissora e de cada uma das SPEs, datadas de 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015 e as informações trimestrais relativas aos trimestres encerrados em 30 de junho de 2015 e 2016 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e de cada uma das SPEs nas datas respectivas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora e de cada uma das SPEs. Desde a data das informações trimestrais relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2016 e até a presente data não houve nenhum Efeito Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora ou as SPEs, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora ou para as SPEs, não houve declaração ou pagamento pela Emissora e/ou pelas SPEs de dividendos, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora ou das SPEs, bem como a Emissora e cada uma das SPEs não contrataram novas dívidas;
10. os Contratos do Projeto foram devidamente firmados, constituindo obrigações válidas, eficazes, exequíveis e vinculantes de suas respectivas partes contratantes, de acordo com os prazos contratuais previstos;
11. a Emissora não é parte de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente, inclusive de natureza socioambiental, envolvendo ou que possa afetar a Emissora e/ou as SPEs perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro referentes ao Projeto;
12. exceto conforme mencionado na Cláusula 8.2.1, alínea (l), acima, a Emissora não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
13. cumpre a legislação em vigor, em especial a legislação e regulamentação trabalhista, previdenciária e ambiental, de forma que (i) não utiliza, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; (ii) os trabalhadores são devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (iii) cumpre as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; (iv) cumpre a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança do trabalho; (v) detém, válidas e eficazes, todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações necessárias para a regular implantação do Projeto e exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação ambiental aplicável; e (vi) possui todos os registros necessários para a regular implantação do Projeto e exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável;
14. nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto (i)  o registro da Oferta perante a CVM e a ANBIMA (este último após o encerramento da Oferta), (ii) a obtenção do registro de companhia aberta pela Emissora perante a CVM, (iii)  o registro das Debêntures junto aos sistemas de distribuição, negociação e custódia eletrônica da CETIP e aos sistemas de negociação e custódia eletrônica da BM&FBOVESPA, os quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação, (iv)  o arquivamento, na JUCEC, e pela publicação nos Jornais de Publicação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da ata da AGE da Emissão; (v) a inscrição desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCEC e seu registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes; (vi) a celebração e registro, conforme o caso, desta Escritura e dos Contratos de Garantia nos termos e prazos previstos nesta Escritura de Emissão e nos respectivos instrumentos; (vii) o registro das Fianças Bancárias nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos; e (vi) a emissão e publicação das Portarias no DOU;
15. as informações prestadas até o encerramento da Oferta com a divulgação do Anúncio de Encerramento são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os investidores interessados em subscrever ou adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora e das SPEs suas respectivas atividades e situações financeiras, das responsabilidades da Emissora e das SPEs, além dos riscos inerentes a suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões de investimento dos investidores interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável;
16. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
17. cumpre as condicionantes ambientais constantes das licenças ambientais do Projeto e estão em situação regular com suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente;
18. a Emissora e cada uma das SPEs possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos;
19. mantém os seus bens e de suas controladas adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado;
20. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração do ICSD, das taxas de retorno do Tesouro IPCA+ 2024, divulgada pela ANBIMA, e que a forma de cálculo de remuneração e da atualização monetária das Debêntures foi determinada por sua livre vontade, em observância ao princípio da boa-fé;
21. inexiste descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral, em qualquer dos casos, visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures;
22. está cumprindo as leis, regulamentos e políticas anticorrupção a que está submetida, bem como as determinações e regras emanadas por qualquer órgão ou entidade governamental a que esteja sujeita, que tenham por finalidade o combate ou a mitigação dos riscos relacionados a práticas corruptas, atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos das Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nº 7.492, de 16 de junho de 1986, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), nº 9.613, de 3 de março de 1998, nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
23. até a presente data, preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o seu conhecimento devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações, sendo certo que todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma por si, ou por suas controladas, ou, ainda, impostas a si ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto em relação àquelas matérias que estejam sendo, de boa-fé, discutidas judicial ou administrativamente pela Emissora ou não afetam o andamento do Projeto ou a sua operação e não possam causar um Efeito Adverso Relevante;
24. o Projeto foi devidamente enquadrado nos termos da Lei 12.431 e considerado como prioritário nos termos das Portarias;
25. tem plena capacidade de cumprir todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
26. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e não ocorreu e não está em curso qualquer Evento de Inadimplemento;
27. as informações constantes do Formulário de Referência elaborado pela Emissora nos termos da Instrução CVM 480, e disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores das Debêntures uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
28. as opiniões, análises e expectativas expressas pela Emissora em seu Formulário de Referência e no material de divulgação da Oferta em relação à Emissora são dadas de boa-fé e consideram todas as circunstâncias existentes na data de sua respectiva divulgação, são feitas com base em suposições razoáveis, são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas na data de sua respectiva divulgação; e
29. esta Escritura de Emissão foi elaborada com base no “Guia ANBIMA - Orientação para Escrituras de Debêntures”, divulgado em 29 de outubro de 2015 e atende as diretrizes ali estabelecidas.

10.2. A Emissora declara, ainda, (i) não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer plenamente suas funções conforme descritas nesta Escritura de Emissão e na Instrução CVM 28; (ii) ter ciência de todas as disposições da Instrução CVM 28 a serem cumpridas pelo Agente Fiduciário; (iii) que cumprirá todas as determinações do Agente Fiduciário vinculadas ao cumprimento das disposições previstas na Instrução CVM 28; e (iv) não existir nenhum impedimento legal contratual ou acordo de acionistas que impeça a presente Emissão.

10.3. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos (exceto lucros cessantes), perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) por eles diretamente incorridos e comprovados, conforme decisão definitiva transitada em julgado, em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das declarações prestadas por ela e/ou pelos Intervenientes Anuentes (conforme o caso), nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.4. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.3 acima, a Emissora obriga-se a notificar o Agente Fiduciário e aos Debenturistas no Dia Útil subsequente, caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

# CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

**11.1. Comunicações**

10.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

**Itarema Geração De Energia S.A.**

Rua Jardim Botânico, nº 518, 5º andar

CEP 22461-000 – Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Roberto Colindres / Administrativo

Telefone: (21) 3733-2961

Correio Eletrônico: roberto.colindres@rioenergyllc.com / [projectfinance@rioenergyllc.com](mailto:marcos.meireles@rioenergyllc.com)

Para as SPEs:

Rua Jardim Botânico, nº 518, 5º andar, sala 501

CEP 22461-000 – Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Roberto Colindres / Administrativo

Telefone: (21) 3733-2961Correio Eletrônico: roberto.colindres@rioenergyllc.com / [projectfinance@rioenergyllc.com](mailto:marcos.meireles@rioenergyllc.com)

Para a Ipanema Participações:

**Ipanema Geração de Energia e Participações S.A.**

Rua Jardim Botânico, nº 518, 5º andar

CEP 22461-000 – Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Roberto Colindres / Administrativo

Telefone: (21) 3733-2961Correio Eletrônico: roberto.colindres@rioenergyllc.com / [projectfinance@rioenergyllc.com](mailto:marcos.meireles@rioenergyllc.com)

Se para o FIP Rio Energy:

**Rio Energy Fundo de Investimento em Participações**

A/C: Santander Securities Services Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n°s 2.041 e 2.235 – Bloco A (parte)

At.: Sr: Adriano Santos Amorim / Sr. Marcio Pinto Ferreira

Telefone: (11) 3553-5829

Fac-símile: (11) 3553-3265

Correio Eletrônico: asamorim@santander.com.br / admfiduciaria@santander.com.br

Para o Agente Fiduciário:

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13 – C, grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca

CEP 22.640-100 – Rio de Janeiro - RJ

At: Antonio Amaro / Maria Carolina Vieira Abrantes

Tel: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

E-mail: [antonio.amaro@oliveiratrust.com.br](mailto:antonio.amaro@oliveiratrust.com.br) / ger2.agente@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Liquidante:

**Itaú Unibanco S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Olavo Setúbal

CEP: 04344-902, São Paulo – SP

At.: Luiz Petito

Tel.: (11) 2740-2596

E-mail: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador:

**Itaú Corretora de Valores S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar

CEP: 04538-132, São Paulo – SP

At.: Luiz Petito

Tel.: (11) 2740-2596

E-mail: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

**Cetip S.A. – Mercados Organizados**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

São Paulo, SP

CEP 01452-001

At.: Superintendência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

E-mail: [valores.mobiliarios@cetip.com.br](mailto:valores.mobiliarios@cetip.com.br)

Para a BM&FBOVESPA:

**BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros**

Praça Antonio Prado, 48, 2º andar

CEP 01010-901 - São Paulo, SP

At.: Nelson Barroso Ortega

Superintendência de Acompanhamento de Empresas

Telefone: (11) 2565-5425

Fax: (11) 2565-4000

Correio eletrônico: gre@bvmf.com.br

11.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por fax ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A mudança de qualquer dos endereços deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado. Eventuais prejuízos decorrentes da não comunicação quanto à alteração de endereço serão arcados pela Parte inadimplente, exceto se de outra forma previsto nesta Escritura de Emissão.

**11.2. Renúncia**: Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba à Emissora, ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer obrigações assumidas pelas Partes nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer inadimplemento ou atraso.

**11.3. Despesas**: Todas e quaisquer despesas incorridas com a Emissão e a Oferta ou com a execução de valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão incluindo publicações, inscrições, registros, averbações, contratação do Agente Fiduciário e dos prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures serão de responsabilidade exclusiva da Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão.

**11.4. Título Executivo Judicial e Execução Específica**: Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784, incisos I e II do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 497, 806 e 815 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

**11.5. Aditamentos**: Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser formalizados por escrito, com assinatura da Emissora e do Agente Fiduciário, inscritos na JUCEC, nos termos da Cláusula 2.4.1 acima.

11.5.1. Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão após a emissão das Debêntures, além de ser formalizada por meio de aditamento e cumprir os requisitos previstos na Cláusula 11.5 acima, dependerá de prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, sendo certo, todavia que, esta Escritura de Emissão poderá ser alterada, independentemente de Assembleia Geral de Debenturistas, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente: (i) de modificações já permitidas expressamente nos documentos da Oferta, (ii) da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais ou regulamentares, (iii) quando verificado erro de digitação, ou ainda (iv) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone; desde que tais alterações (a) não representem prejuízo aos Debenturistas e (b) não gerem novos custos ou despesas aos Debenturistas.

**11.6. Outras Disposições**

11.6.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título.

11.6.2. Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

11.6.3. Para fins da presente Escritura de Emissão, “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos ou feriados declarados nacionais, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados por meio da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, hipótese em que não serão considerados Dias Úteis sábados, domingos, feriados declarados nacionais ou datas em que, por qualquer motivo, não haja expediente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA.

11.6.4. A Emissora desde já garante ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, que as obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da presente Escritura de Emissão serão assumidas pela sociedade que a suceder a qualquer título.

11.6.5. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

11.6.6. As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

11.6.7. Os prazos estabelecidos nesta Escritura de Emissão serão computados de acordo com o disposto no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia de início e incluído o do vencimento.

11.6.8. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

**11.8. Lei Aplicável**

11.8.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

**11.9. Foro**

11.9.1. As Partes elegem o foro da Comarca da capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado, como competente para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta Escritura de Emissão.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro)vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Fortaleza, [--] de [--] de [--].

[RESTANTE DA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

*(Página de Assinatura do “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da Itarema Geração de Energia S.A.”)*

**ITAREMA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| Nome: Cargo: |  |

*(Página de Assinatura do “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da Itarema Geração de Energia S.A.”)*

**EÓLICA ITAREMA I S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |  |
| Nome: |  |
| Cargo: |  |

**EÓLICA ITAREMA II S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |  |
| Nome: |  |
| Cargo: |  |

**EÓLICA ITAREMA III S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |  |
| Nome: |  |
| Cargo: |  |

**EÓLICA ITAREMA IV S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |  |
| Nome: |  |
| Cargo: |  |

**EÓLICA ITAREMA V S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |  |
| Nome: |  |
| Cargo: |  |

*(Página de Assinatura do “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da Itarema Geração de Energia S.A.”)*

**EÓLICA ITAREMA VI S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |  |
| Nome: |  |
| Cargo: |  |

**EÓLICA ITAREMA VII S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |  |
| Nome: |  |
| Cargo: |  |

**EÓLICA ITAREMA VIII S.A.**

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Nome: |
| Cargo: |

**EÓLICA ITAREMA IX S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |  |
| Nome: |  |
| Cargo: |  |

*(Página de Assinatura do “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da Itarema Geração de Energia S.A.”)*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Nome: | Nome: |
| Cargo: | Cargo: |

*(Página de Assinatura do “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da Itarema Geração de Energia S.A.”)*

**IPANEMA GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |  |
| Nome: |  |
| Cargo: |  |

*(Página de Assinatura do “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da Itarema Geração de Energia S.A.”)*

**RIO ENERGY FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Nome: | Nome: |
| Cargo: | Cargo: |

Testemunhas:

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Nome: | Nome: |
| CPF: | CPF: |

**ANEXO I AO Instrumento Particular de Escritura da 2ª (SEGUNDA) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com garantias adicionais REAL E fidejussória, em SÉRIE única, para Distribuição Pública, da ITAREMA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA

### CARTA DE FIANÇA

### 

[*Local*], [*data*].

À

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13 – C, grupo 205, Condomínio Downtown

Rio de Janeiro - RJ

At.: Antonio Amaro / Maria Carolina Vieira Abrantes

**Ref.: CARTA DE FIANÇA**

Prezados Senhores,

Por este instrumento, o **[Fiador]**, [*qualificação*] (“Fiador”), por seus representantes legais, obriga-se como **fiador** e principal pagador a cumprir as obrigações pecuniárias assumidas por **Itarema Geração de Energia S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Av. Dom Luís, nº 1200, Torre Business, sala 1519, Meireles, CEP 60.160-196, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o n.º 13.234.214/0001-74 (“Emissora”), na qualidade de emissora das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, da 2ª (segunda) emissão da Emissora (“Debêntures”), cujas condições e características são descritas no “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária Com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da Itarema Geração de Energia S.A.”, celebrado em [*data*] entre a Emissora, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Agente Fiduciário”) e terceiros, [registrado em [*data*], sob o nº [==] / a ser devidamente registrado] perante a Junta Comercial do Estado do Ceará, conforme o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Escritura de Emissão”), que o Fiador declara conhecer, e pelo qual a Emissora emitiu 127.000 (cento e vinte e sete mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais), totalizando R$ 127.000.000,00 (cento e vinte e sete milhões de reais)na data de emissão das Debêntures, qual seja [*data*], sendo a responsabilidade do Fiador, na data-base de [*data*], limitada conforme a ”Tabela – Limite de Fiança a ser prestada por cada Fiador de modo não solidário” abaixo (“Tabela”), acrescida da Atualização Monetária, dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios aplicáveis.

A presente fiança é prestada em caráter irrevogável e irretratável, até [*data*], em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário. O Fiador renuncia aos benefícios de que tratam os artigos 366, 827 e 838 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, ficando estabelecido que qualquer alteração no prazo ou no valor da fiança depende sempre da anuência prévia do Fiador, bem como dos demais Fiadores do Sindicato (conforme abaixo definido), comprometendo-se o Fiador, na hipótese de inadimplemento por parte da Emissora, a honrar as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora na Escritura de Emissão acrescido da Atualização Monetária, dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios aplicáveis, observado o limite de responsabilidade mencionado na tabela abaixo, dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado a partir da comunicação feita por escrito pelo Agente Fiduciário, informando sobre o inadimplemento, a ser encaminhada ao Fiador na Cidade de [--], Estado de [--], em [*endereço*], aos cuidados de [--].

As obrigações da Emissora nos termos da Escritura de Emissão também são garantidas por fianças prestadas, sem compromisso de solidariedade entre si, pelo [*fiador*], pelo [*fiador*], pelo [*fiador*] e pelo [*fiador*] (em conjunto com o Fiador, “Fiadores do Sindicato”), observados os montantes e percentuais garantidos por cada um dos Fiadores do Sindicato, conforme indicados na tabela abaixo:

Tabela – Limite de Fiança a ser prestada por cada Fiador de modo não solidário

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Banco** | **Limites Totais da Fiança** | **Percentual Máximo de Garantia**  **com relação ao Valor Inadimplido (%)** |
| Itaú Unibanco S.A. | R$ xxxxx | 18,9419% |
| Banco BNP Paribas Brasil S.A. | R$ xxxxx | 25,1486% |
| Banco Santander (Brasil) S.A. | R$ xxxxx | 25,1486% |
| Banco Bradesco S.A. | R$ xxxxx | 18,9419% |
| Banco do Brasil S.A. | R$ xxxxx | 11,8191% |
| **Total** | **R$ xxxxx** | **100%** |

O Fiador declara que a concessão da fiança está dentro dos limites autorizados pelo Banco Central do Brasil.

A presente carta de fiança será registrada pelo Fiador, às expensas da Emissora, nos respectivos Cartórios de Registros de Títulos e Documentos dos domicílios do Agente Fiduciário e do Fiador, nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada. O Fiador enviará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da presente carta de fiança, ou ainda de seus eventuais aditamentos, devidamente registrados, em até 5 (cinco) dias após a obtenção dos registros nos Cartórios.

Isso posto, firma esta em 1 (uma) via original e 2 (duas) cópias de igual teor, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

**FIADOR:** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[**Fiador**]

**TESTEMUNHAS:**

|  |  |
| --- | --- |
| 1.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  RG:  CPF: | 2.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  RG:  CPF: |

**ANEXO II AO Instrumento Particular de Escritura da 2ª (SEGUNDA) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com garantias adicionais REAL E fidejussória, em SÉRIE única, para Distribuição Pública, da ITAREMA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE *COMPLETION*

Fortaleza, [●] de [●] de [●].

à

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13 - C, grupo 205

CEP: 22640-100

Rio de Janeiro, RJ

At.: [--]

Ref.: *Completion* do Projeto

Prezados Senhores,

**Itarema Geração de Energia S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Av. Dom Luís, nº 1200, Torre Business, sala 1519, Meireles, CEP 60.160-196, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 13.234.214/0001-74, e com NIRE de nº 23300035844, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“Emissora”), declara, para todos os fins de direito: (i) o recebimento da declaração de *Completion* (conforme abaixo definido) pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”); (ii) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento previsto no “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da Itarema Geração de Energia S.A.” (“Escritura de Emissão”), e a inexistência de descumprimento de quaisquer obrigações perante os titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em série única, da 2ª (segunda) emissão da Emissora (“Debêntures”); e (iii) a ocorrência do *Completion*, tendo em vista que aconteceram, cumulativamente:

(i) a conclusão física do Projeto (“*Completion* Físico”), por meio da implantação das 9 (nove) centrais geradoras eólicas do Complexo Eólico Itarema (Eólica Itarema I, Eólica Itarema II, Eólica Itarema III, Eólica Itarema IV, Eólica Itarema V, Eólica Itarema VI, Eólica Itarema VII, Eólica Itarema VIII e Eólica Itarema IX) (“Projeto”) e pelo cumprimento cumulativo das seguintes condições:

1. apresentação de despacho da Superintendência de Fiscalização de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL autorizando a entrada em operação comercial de todas as unidades geradoras das centrais geradoras eólicas integrantes do Projeto, ou ato equivalente;
2. comprovação à Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. da obtenção das licenças ambientais de operação aplicáveis das centrais geradoras eólicas integrantes do Projeto e do respectivo sistema de transmissão, expedidas em nome de Eólica Itarema I S.A., Eólica Itarema II S.A., Eólica Itarema III S.A., Eólica Itarema IV S.A., Eólica Itarema V S.A., Eólica Itarema VI S.A., Eólica Itarema VII S.A., Eólica Itarema VIII S.A. e Eólica Itarema IX S.A. (em conjunto, “SPEs”) pelo órgão competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – SISNAMA;
3. apresentação das apólices de seguro contratadas na forma do disposto no inciso XXXVII da Cláusula Décima Quarta do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0495.1”, celebrado em 15 de outubro de 2015 entre as SPEs e o BNDES, com a interveniência da Emissora, da Ipanema Geração de Energia e Participações S.A. e do Rio Energy Fundo de Investimentos em Participações (“Contrato de Financiamento com o BNDES”), juntamente com o comprovante de quitação do prêmio;
4. comprovação da quitação integral de todas e quaisquer dívidas, mútuos, empréstimos, ações resgatáveis, financiamentos e/ou quaisquer outras formas de endividamento contraídas pela Emissora ou pelas SPEs junto a instituições financeiras, acionistas e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico, de curto ou longo prazo, com a exceção das Debêntures, de dívidas contraídas junto ao BNDES e de mútuos eventualmente celebrados entre as SPEs e a Emissora visando a transferir para as SPEs os recursos captados por meio da Oferta; e
5. declaração da Emissora acerca da inexistência de ato administrativo ou judicial que impeça a conclusão ou continuidade do Projeto; e

(ii) a conclusão financeira do Projeto (“*Completion* Financeiro” e, em conjunto com o *Completion* Físico, “*Completion*”), por meio do cumprimento cumulativo das seguintes condições:

1. declaração da Emissora acerca da inexistência de inadimplemento pela Emissora ou por sociedades integrantes de seu grupo econômico de obrigações assumidas perante o BNDES;
2. atendimento do ICSD Mínimo (conforme definido na Escritura de Emissão), desde que verificado o pagamento de 12 (doze) parcelas mensais de amortização do Contrato de Financiamento com o BNDES;
3. comprovação pela Emissora de geração líquida de energia elétrica por todo o Projeto de, no mínimo, 913,91GWh (novecentos e treze inteiros e noventa e um centésimos de Gigawatts-hora), em período de 12 (doze) meses consecutivos, imediatamente anterior à verificação;
4. preenchimento integral das Contas Controladas (conforme definido na Escritura de Emissão);
5. declaração da Emissora acerca da inexistência de inadimplemento pela Emissora e/ou pelas SPEs de obrigações assumidas perante terceiros;
6. inexistência de dívidas financeiras da Emissora e/ou das SPEs perante terceiros, exceto pelas Debêntures e pelo Contrato de Financiamento do BNDES, conforme comprovado pelas demonstrações financeiras mais recentes da Emissora e das SPEs;
7. comprovação, pela Emissora, da plena validade, eficácia e exequibilidade das Garantias Reais (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia (conforme definido na Escritura de Emissão), por meio da apresentação dos Contratos de Garantia devidamente registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e Cartórios de Registro de Imóveis, conforme aplicável; e
8. declaração da Emissora acerca da inexistência de ato administrativo ou judicial que impeça a conclusão ou continuidade do Projeto.

Em anexo a esta declaração seguem os documentos que comprovam a ocorrência das condições acima listadas.

Termos iniciados em letra maiúscula e não definidos de outra forma nesta carta terão o significado a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

A Emissora vem, assim, por meio da presente, solicitar ao Agente Fiduciário a formalização da liberação da Fiança Bancária prestada nos termos da Cláusula 3.6.2 da Escritura de Emissão, sem a necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Escritura de Emissão) e tampouco qualquer anuência de quaisquer detentores das Debêntures, de acordo com a Cláusula 3.6.2.3 da Escritura de Emissão.

Atenciosamente,

**ITAREMA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Nome: | Nome: |
| Cargo: | Cargo: |

**ANEXO III AO Instrumento Particular de Escritura da 2ª (SEGUNDA) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com garantias adicionais REAL E fidejussória, em SÉRIE única, para Distribuição Pública, da ITAREMA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

MINUTA DE ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO REFERENTE AO RESULTADO DO PROCESSO DE *BOOKBUILDING*

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO Instrumento Particular de Escritura da 2ª (SEGUNDA) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, DA espécie Quirografária, com garantias adicionais REAL E fidejussória, em SÉRIE única, para Distribuição Pública, da ITAREMA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

celebrada entre

**ITAREMA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

*como Emissora*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS**

**E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

*como Agente Fiduciário*

**EÓLICA ITAREMA I S.A.**

**EÓLICA ITAREMA II S.A.**

**EÓLICA ITAREMA III S.A.**

**EÓLICA ITAREMA IV S.A.**

**EÓLICA ITAREMA V S.A.**

**EÓLICA ITAREMA VI S.A.**

**EÓLICA ITAREMA VII S.A.**

**EÓLICA ITAREMA VIII S.A.**

**e**

**EÓLICA ITAREMA IX S.A.**

*Como SPEs e Fiadoras*

e

**IPANEMA GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

**RIO ENERGY FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

*Como Intervenientes-Anuentes*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Datado de

[∙] de [∙] de 2016

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO Instrumento Particular de Escritura da 2ª (SEGUNDA) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, DA espécie Quirografária, com garantias adicionais REAL E fidejussória, em SÉRIE única, para Distribuição Pública, da ITAREMA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

São partes (“Partes”) neste “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da Itarema Geração de Energia S.A.” (“Primeiro Aditamento”):

1. como emissora das Debêntures (conforme abaixo definido) objeto da Emissão (conforme abaixo definido):

**Itarema Geração de Energia S.A.**, sociedade anônima, em processo de obtenção de registro de emissor de valores mobiliários junto à CVM, categoria B, com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Av. Dom Luís, nº 1200, Torre Business, sala 1519, Aldeota, CEP 60.160-196, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o n.º 13.234.214/0001-74, e com NIRE de nº 23300035844, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“Emissora”);

1. como agente fiduciário, nomeado na Escritura de Emissão (conforme abaixo definido), representando a comunhão dos Debenturistas (conforme abaixo definido):

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13 – Grupo 205, Barra da Tijuca, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s), na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas (conforme abaixo definido) (“Agente Fiduciário”);

1. como SPEs e Fiadoras (conforme abaixo definido):

**Eólica Itarema I S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 470, sala 401 (parte), CEP 22410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o n.°19.560.032/0001-70, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados (“Eólica I”);

**Eólica Itarema II S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, n.º 470, sala 401 (parte), CEP 22410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 19.560.074/0001-00, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados (“Eólica II”);

**Eólica Itarema III S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 470, sala 401 (parte), CEP 22410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o n.° 19.560.839/0001-02, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados (“Eólica III”);

**Eólica Itarema IV S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 470, sala 401 (parte), CEP 22410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o n.° 20.553.751/0001-42, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados (“Eólica IV”);

**Eólica Itarema V S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 470, sala 401 (parte), CEP 22410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 19.560.868/0001-74, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados (“Eólica V”);

**Eólica Itarema VI S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 470, sala 401 (parte), CEP 22410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 20.533.879/0001-44, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados (“Eólica VI”);

**Eólica Itarema VII S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 470, sala 401 (parte), CEP 22410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 20.533.473/0001-61, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados (“Eólica VII”);

**Eólica Itarema VIII S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 470, sala 401 (parte), CEP 22410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 20.533.310/0001-89, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados (“Eólica VIII”);

**Eólica Itarema IX S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 470, sala 401 (parte), CEP 22410-002, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 20.533.377/0001-13, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados (“Eólica IX” e, em conjunto com Eólica I, Eólica II, Eólica III, Eólica IV, Eólica V, Eólica VI, Eólica VII e Eólica VIII, “SPEs” ou “Fiadoras”); e

1. como Intervenientes Anuentes (conforme abaixo definido):

**Ipanema Geração de Energia e Participações S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 470, 4º andar, CEP 22410-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.108.521/0001-22, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, por seus representantes legais abaixo assinados (“Ipanema Participações”); e

**Rio Energy Fundo de Investimento em Participações**, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.142.169/0001-89, constituído em 24 de outubro de 2012, neste ato representado nos termos do Regulamento do Rio Energy Fundo de Investimento em Participações, datado de 12 de agosto de 2013, conforme registrado no 1° Ofício de Registro de Títulos e Documentos, sob o n° 3486747, por seu administrador Santander Securities Services Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e 2235 – Bloco A (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.318.407/0001-19, devidamente autorizada perante a Comissão de Valores Mobiliários a exercer atividade de administração de carteira de valores mobiliários (“FIP Rio Energy” e, em conjunto com a Ipanema Participações, “Intervenientes Anuentes”).

**CONSIDERANDO QUE:**

1. as Partes celebraram, em [●], o “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da Itarema Geração de Energia S.A.” (“Escritura de Emissão”), o qual foi arquivado na Junta Comercial do Estado do Ceará (“JUCEC”) em [●], sob o nº [●], para reger os termos e condições da distribuição pública das debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, da 2ª (segunda) emissão da Emissora (“Oferta”, “Debêntures” e “Emissão”, respectivamente);
2. a Emissão foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em [●] e devidamente arquivada na JUCEC em [●], sob o nº [●], e publicada, em [●], no Diário Oficial do Estado do Ceará e no jornal “O Estado”;
3. conforme previsto na Escritura de Emissão, foi realizado, em [●], procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores (conforme definido na Escritura de Emissão) nos termos do disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Procedimento de *Bookbuilding*”), por meio do qual foram definidos os Juros Remuneratórios (conforme definido na Escritura de Emissão); e
4. conforme previsto nas Cláusulas 3.10.1 e 4.2.2.3 da Escritura de Emissão, as matérias objeto deste Primeiro Aditamento independem de qualquer deliberação societária adicional da Emissora;

**RESOLVEM** as Partes aditar e consolidar a Escritura de Emissão, por meio do presente Primeiro Aditamento, mediante as seguintes cláusulas e condições.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

**CLÁUSULA I  
ALTERAÇÕES**

* 1. As Partes resolvem alterar as Cláusulas 3.10.1 e 3.10.2 da Escritura de Emissão, que passam a vigorar com a seguinte redação:

*“3.10.1 Procedimento de* Bookbuilding*. Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores nos termos do disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, mediante a verificação, com os potenciais investidores, do interesse de investimento nas Debêntures, em diferentes níveis de taxas de juros, para a definição, em conjunto com a Emissora, dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido) (“Procedimento de* Bookbuilding*”). O resultado do Procedimento de* Bookbuilding *foi ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora.*

*Puderam participar do Procedimento de Bookbuilding os Investidores Institucionais. Os Pedidos de Reserva dos Investidores Institucionais que não apresentaram suas intenções de investimento no dia do Procedimento de Bookbuilding foram consolidados com as intenções de investimento dos Investidores Institucionais apresentadas no dia do Procedimento de Bookbuilding, para definição da taxa de Juros Remuneratórios.”*

* 1. As Partes resolvem alterar as Cláusulas 4.2.2.1, 4.2.2.2 e 4.2.2.3 da Escritura de Emissão, que passam a vigorar com a seguinte redação:

1. *“4.2.2.1. Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão juros remuneratórios correspondentes a [●%] [(●)] ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Juros Remuneratórios”): A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios foi definida em conformidade com o Procedimento de* Bookbuilding *e ratificada por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão.*

*4.2.2.2 Os Juros Remuneratórios serão incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado, a partir da Data de Subscrição, da Data de Incorporação (conforme abaixo definido) ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e incorporados ou pagos, conforme aplicável, ao final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado em regime de capitalização composta pro rata temporis por Dias Úteis de acordo com a fórmula abaixo:*

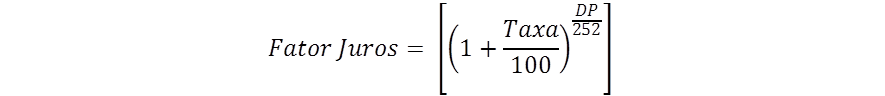
*J = VNa x (Fator Juros – 1)*

*Onde:*

*J = valor unitário dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;*

*VNa = Valor Nominal Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;*

*Fator Juros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:*

**

*Onde:*

*Taxa = [●%] [(●)],*

*DP = número de Dias Úteis entre a Data de Subscrição, Data de Incorporação, ou última data de pagamento dos Juros Remuneratórios e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.*

*4.2.2.3 A presente Escritura de Emissão foi aditada para refletir a taxa final consolidada aplicada aos Juros Remuneratórios, conforme o resultado do Procedimento de* Bookbuilding*, tendo sido dispensada a realização de novo ato societário da Emissora e/ou de qualquer das SPEs ou dos Acionistas para tanto.”*

* 1. As Partes resolvem alterar a tabela constante do Anexo VI da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Número da Parcela - n** | **Data de Pagamento da PMTn** | **PMTn na Data de Emissão das Debêntures** |
| [●] | [●] | [●] |
| [●] | [●] | [●] |
| [●] | [●] | [●] |
| [●] | [●] | [●] |
| [●] | [●] | [●] |
| [●] | [●] | [●] |
| [●] | [●] | [●] |

**CLÁUSULA II**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

2.1. Todos os termos e condições da Escritura de Emissão que não tenham sido expressamente alterados pelo presente Primeiro Aditamento são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito. Dessa forma, a Escritura de Emissão consolidada passa a vigorar conforme disposto no Anexo A.

2.2. O Agente Fiduciário declara e garante, neste ato, que todas as declarações e garantias previstas no item 8.2.1 da Escritura de Emissão permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Primeiro Aditamento.

2.3. A Emissora, as SPEs e os Acionistas declaram e garantem ao Agente Fiduciário, neste ato, individualmente, que todas as declarações e garantias previstas no item 10.1 da Escritura de Emissão permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Primeiro Aditamento.

2.4. Este Primeiro Aditamento, bem como as posteriores alterações da Escritura de Emissão, serão registrados: (i) na JUCEC, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

2.5. Este Primeiro Aditamento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se a Emissora e o Agente Fiduciário ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

2.6. Este Primeiro Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

2.7. As Partes elegem o foro da Comarca da capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado, como competente para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta Escritura de Emissão.

Estando assim as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Fortaleza, [*data*].

[PÁGINAS DE ASSINATURA]

**ANEXO A**

**ESCRITURA DE EMISSÃO CONSOLIDADA**

**[A SER INCLUÍDA]**

**ANEXO V AO Instrumento Particular de Escritura da 2ª (SEGUNDA) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com garantias adicionais REAL E fidejussória, em SÉRIE única, para Distribuição Pública, da ITAREMA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) em um determinado Ano de Referência (“ARef”)[[1]](#footnote-2) é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade no ARef pelo Serviço da Dívida do ARef, com base em informações registradas nas Demonstrações Financeiras anuais consolidadas auditadas da Itarema Geração de Energia S.A. (“Emissora”), a saber:

Onde:

**A) GERAÇÃO DE CAIXA DA ATIVIDADE NO ARef**

(+) EBITDA do ARef, calculado de acordo com o item “D” deste Anexo V

(-) Imposto de Renda devido (pago ou provisionado) no ARef, exceto aquele pago sobre a receita financeira da Emissora

(-) Contribuição Social devida (paga ou provisionada) no ARef, exceto aquela paga sobre a receita financeira da Emissora

(-) Investimentos realizados[[2]](#footnote-3) no ARef

(-) Distribuição de capital a qualquer título[[3]](#footnote-4) prevista para o ano seguinte

(+/-) Resgates/Aportes das/às Contas Reservas do Serviço da Dívida e Contas Reserva de O&M realizadas no ARef

(+) Aportes na Conta de Complementação do ICSD

**B) SERVIÇO DA DÍVIDA NO ARef[[4]](#footnote-5)**

(+) Amortização de Principal realizada no ARef exceto a referente ao subcrédito “C” das beneficiárias do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0495.1”, celebrado em 15 de outubro de 2015 entre as SPEs e o BNDES, com a interveniência da Emissora, da Ipanema Geração de Energia e Participações S.A. e do Rio Energy Fundo de Investimentos em Participações (“Contrato de Financiamento com o BNDES”) – “Subcrédito Social”

(+) Pagamento de juros no ARef, exceto os referentes ao subcrédito C das beneficiárias do Contrato de Financiamento com o BNDES – “Subcrédito Social”.

(+) Amortização de principal do crédito junto aos titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, da 2ª (segunda) emissão da Emissora (“Debenturistas”) realizada no ARef pela Emissora

(+) pagamento de juros do crédito junto aos Debenturistas realizada no ARef pela Emissora

**C) ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA NO ARef**

**(A) / (B)**

**D) EBITDA DO ARef[[5]](#footnote-6)**

(+) Lucro Líquido

(+/-) Despesa (receita) financeira líquida

(+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais

(+) Depreciações e amortizações

(+/-) Quaisquer outras (Receitas) ou despesas sem efeitos financeiros

(+/-) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades coligadas/controladas.

**ANEXO VI AO Instrumento Particular de Escritura da 2ª (SEGUNDA) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com garantias adicionais REAL E fidejussória, em SÉRIE única, para Distribuição Pública, da ITAREMA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Número da Parcela - n** | **Data de Pagamento da PMTn** | **PMTn** |
| [●] | [●] | [●] |
| [●] | [●] | [●] |
| [●] | [●] | [●] |
| [●] | [●] | [●] |
| [●] | [●] | [●] |
| [●] | [●] | [●] |
| [●] | [●] | [●] |

1. O ARef coincidirá com o ano civil, a não ser para fins de conclusão financeira do projeto, quando não necessariamente o ARef coincidirá com o ano civil. [↑](#footnote-ref-2)
2. Considera-se como investimento qualquer adição feita ao Ativo Permanente (Investimento, Imobilizado ou Diferido). [↑](#footnote-ref-3)
3. Sob forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, amortização, juros de dívida subordinada, redução do capital ou devolução de adiantamento para futuro aumento de capital. [↑](#footnote-ref-4)
4. Dívida onerosa total, com exceção de dívida subordinada. [↑](#footnote-ref-5)
5. Todas as parcelas para cálculo do EBITDA são referentes às demonstrações financeiras do ARef. [↑](#footnote-ref-6)